



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**

---

**MARÍLIA SIMPLÍCIO MAIRINS**

**O SENTIDO DO “ENSINO” DO NÃO-INDÍGENA PARA O INDÍGENA  
NO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO**

---

Campo Grande/MS  
2018

**MARÍLIA SIMPLÍCIO MAIRINS**

**O SENTIDO DO “ENSINO” DO NÃO-INDÍGENA PARA O INDÍGENA  
NO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Produção de Texto Oral e Escrito - Análise do Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira

Campo Grande/MS  
2018

Mairins, Marília Simplício

O sentido do “ensino” do não-indígena para o indígena no acontecimento enunciativo / Marília Simplício Mairins. Campo Grande, MS: UEMS, 2018. 86p.; 30cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande/MS, 2018.  
Orientadora: Profa. Dra. Rosimar Regina R. de Oliveira

1. O sentido do Ensino 2. Indígena I. Título

## **O SENTIDO DO “ENSINO” DO NÃO-INDÍGENA PARA O INDÍGENA NO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Letras. Área de Concentração: Produção de Texto Oral e Escrito: Análise do Discurso

### **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira (Presidente)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues (Titular)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Prof. Dr. Paulo Cesar Tafarello (Titular)  
Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT

---

Prof. Dr. José Barreto dos Santos (Suplente)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

À minha família, meus irmãos e amigos.  
Aos meus filhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, minha fonte de fé e esperança para o meu fortalecimento espiritual e psicológico que precisei nessa caminhada.

À minha família, principalmente a minha mãe, que nunca se deixou abalar mesmo nos momentos mais difíceis das nossas vidas. Abriu mão de seus sonhos para cuidar e educar seus filhos, capacitando-nos sempre para não fugirmos dos princípios de respeito, honestidade e humildade para alcançarmos nossos objetivos.

Aos meus filhos Sofia e Magno minha inspiração de alegria e coragem, que fui ausente nas horas de estudos e pesquisa.

À Dona Márcia, minha comadre Vilma, aos meus amigos Arlindo e Arlete, tenho gratidão eterna não só por me ajudarem com meus filhos, mas nos momentos de angústias em que precisei desabafar, renovando meus objetivos e atitudes.

Ao meu sobrinho Daniel sempre presente na minha na minha vida e dos meus filhos, participando dos momentos especiais das nossas vidas deles.

Aos meus colegas do Programa de Mestrado, na troca de experiência e conhecimento. Ao Celso Abrão que me incentivou nesse processo.

Aos meus professores, Aline Saddi Chaves, Lucilo, Ruberval que contribuíram nesse processo.

Ao professor Marlon Leal Rodrigues, pela atenção, humildade, e comprometimento profissional, agradeço pelas contribuições de leitura, reflexão e cuidado que devemos ter sobre o nosso objeto de análise.

A minha orientadora, Professora Rosimar Regina pela dedicação, paciência e por acreditar neste trabalho. E também pela compreensão na minha vida pessoal, com palavras fundamentais auxiliando e norteando a determinação que faltava naquele momento tão difícil da minha vida.

A UEMS, pelo espaço e informações utilizados nessa pesquisa, sendo decisiva em minha experiência neste trabalho com o discurso de resistência social.

Ao Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-graduação- (PIBAP), órgão financiador o qual garantiu a realização da pesquisa e a conclusão desta dissertação.

*Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. (ORLANDI, 2000, p. 30)*

**MAIRINS, M. S. O sentido do “ensino” do não-indígena para o indígena no acontecimento enunciativo.** 2018. 86 fls. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/ MS, 2018.

**RESUMO:** Este trabalho é resultado de uma pesquisa de campo pelo viés descritivo analítico tendo como objeto o funcionamento semântico-enunciativo. Tornando esse funcionamento objeto de investigação a partir das controvérsias apresentadas ao longo do processo histórico do Brasil. Para as análises foi desenvolvido um questionário para coletar os enunciados, no espaço acadêmico dos indígenas dos cursos de graduação da UEMS. Assim, buscamos na construção do sentido das palavras “indígena”, e “ensino” na designação, a partir dos procedimentos de *reescrituração* e *articulação*, em que as palavras estabelecem relação no domínio semântico de determinação - DSD. Buscamos em outras fontes, para contextualização e melhor compreensão a respeito do tema, como os sentidos se ampliam e se misturam circulando na sociedade, sob efeito de reprodução das práticas sociais em relação aos povos indígenas. Nesse contexto, percebemos nos enunciados como as palavras “democracia”, “educação” e “ensino” funcionam nas relações que são apresentadas na elaboração do DSD. Foram analisados também os lugares de produção de sentido através do *acontecimento* de linguagem, na temporalidade, que é histórica, levando em conta a *designação* da palavra na expressão enunciativa. Ou seja, na própria construção de sentido da linguagem, “enquanto uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2005). Nessas relações, as análises nos possibilitaram compreender a desigualdade social contribui na reescrituração de diferentes sentidos, o qual indígena se posiciona determinado numa relação de poder.

**Palavras – chave:** *Sentido. Ensino. Indígena.*

**MAIRINS, M. S. The sense of "teaching" of the non-indigenous to the indigenous in the enunciative event.** 2018. 86 fls. Dissertation (Master in Letters) - State University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande / MS, 2018.

**ABSTRACT:** This work is the result of a bibliographical research through the analytical descriptive bias, having as its object the semantic-enunciative operation. Making this operation object of investigation from the controversies presented throughout the historical process of Brazil. The comparative of the quantitative in the state of Mato Grosso do Sul in relation to those present in the universities, was the relevant focus for the development of this work. Collecting in the academic space by the indigenous UEMS undergraduate courses, in the construction of the meaning of the words "indigenous" and "teaching" in the designation by the procedures of rewriting and articulation in which the words establish relation in the semantic domain of determination. Seeking other sources for contextualization and better understanding about the subject, which generate inquiries as the senses broaden and mix circulating in society, under the effect of reproduction of social practices in relation to the indigenous people. In this context, we perceive in the statements the words "democracy", content "and" textbook "contributing to the elaboration of DSD. By favoring to make explicit the constitution of the subject in a predominant ideological relation of power, it represents in the language in diverse discourses. Thus analyzing the places of production of meaning through the event of language, in historical temporality. Taking into account the designation of the word in the enunciative expression. That is, in the construction of the meaning of language itself, "as a relation taken in history" (GUIMARÃES, 2005). Seeking to understand the functioning of language in events not only historically and politically, but in the designation of the construction of relevant meanings in the enunciatives that make up the discourse of the indigenous population. As a result, he proposes a discussion based on the theory of Semantics of the Event, the constitution in the historical path in relation to the construction of the senses affecting the Indian in the materiality and the silencing in the social practices.

**Key words:** *Direction. Teaching. Indigenous.*

## **LISTA DE SIGLAS**

**(E):** Enumerado refere-se ao enunciado.

**E:** Entrevistado

**Q:** Questão do questionário.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>243</b> |
| 1.1. O CORPUS DA PESQUISA.....  | 276        |
| <b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>  | <b>298</b> |
| 2.1. A SEMÂNTICA EM MICHEL BRÉAL .....  | 298        |
| 2.2. A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO .....   | 309        |
| <b>2.3. O SENTIDO NA LINGUAGEM.....</b>   | <b>332</b> |
| 2.4 LUGAR DE ENUNCIÇÃO POSIÇÕES DE SUJEITO .....                                    | 332        |
| 2.5. CENA ENUNCIATIVA .....   | 343        |
| 2.6. O POLÍTICO: DISTRIBUIÇÃO DE DESIGUALDADE E AFIRMAÇÃO DE<br>PERTENCIMENTO.....  | 376        |
| 2.7. ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO.....   | 387        |
| <b>3. O PROCEDIMENTO DESCRITIVO E ANALÍTICO .....</b>                               | <b>409</b> |
| 3.1. DESIGNAÇÃO: A ARTICULAÇÃO E A REESCRITURAÇÃO NA ENUNCIÇÃO<br>.....             | 409        |
| 3.2. O DOMÍNIO SEMÂNTICO DE DETERMINAÇÃO – DSD.....                                 | 30         |
| <b>4. O ESTADO DA ARTE NO BRASIL SOBRE O INDÍGENA.....</b>                          | <b>432</b> |
| 4.1. A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....  | 432        |
| 4.2. LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL INDÍGENA .....  | 44         |
| 4.3. EDUCAÇÃO E ENSINO.....   | 465        |
| 4.4. CULTURA E PRECONCEITO .....  | 48         |
| 4.5. EDUCAÇÃO INDÍGENA .....  | 38         |
| 4.6. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA LINGUAGEM .....   | 498        |
| 4.7. A RENOMEAÇÃO DA POPULAÇÃO NATIVA DA AMÉRICA .....                              | 509        |
| 4.8. DEMOGRAFIA POPULACIONAL INDÍGENA .....   | 40         |
| 4.9. O ÍNDIO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.....                                   | 42         |
| <b>CAPÍTULO DAS ANÁLISES .....</b>  | <b>554</b> |
| <b>5. A SIGNIFICAÇÃO DE EDUCAÇÃO.....</b>   | <b>565</b> |
| 5.1. A DESIGNAÇÃO DA PALAVRA ‘EDUCAÇÃO’ .....                                       | 565        |
| 5.2. A SIGNIFICAÇÃO DE ENSINO.....  | 595        |
| 5.2.1. <i>A designação da palavra ensino</i> .....                                  | 598        |
| 5.3. A SIGNIFICAÇÃO DE DEMOCRACIA.....  | 621        |
| 5.3.1. <i>A designação da palavra democracia</i> .....                              | 621        |
| 5.3.2. <i>A legalidade do direito</i> .....   | 632        |
| 5.4. A SIGNIFICAÇÃO DE PRECONCEITO .....  | 676        |
| 5.4.1. <i>A designação da palavra ‘preconceito’</i> .....                           | 687        |
| 5.4.2. <i>Preconceito na relação social entre o não-indígena e o indígena</i> ..... | 709        |
| 5.4.3. <i>Preconceito do indígena em relação a si mesmo</i> .....                   | 721        |
| 5.4.4. <i>Preconceito social do não-indígena em relação ao indígena</i> .....       | 743        |
| 5.4.5. <i>A articulação entre o ensino e o preconceito para o indígena</i> .....    | 765        |
| <b>Considerações Finais .....</b>   | <b>787</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>   | <b>70</b>  |
| <b>APÊNDICES .....</b>  | <b>843</b> |

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa baseada em fundamentações teóricas de Guimarães (2002, 2003, 2005, 2006, 2011), propomos analisar o funcionamento de sentidos das palavras “ensino”, “indígena” e “educação” nos enunciados extraídos dos questionários aplicados no *campus*, a partir das pesquisas realizadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em Campo Grande/MS. Identificamos a presença de poucos indígenas nos cursos da graduação. De acordo com dados do Instituto Brasileiro Geográfico (IBGE), a população indígena do Estado do Mato Grosso do Sul é considerada a segunda maior do Brasil, composta pelas etnias: Terena, Gurani-Nhandeva, Guarani-Kaiwá, Guató, Kadwéu, Ofaié<sup>1</sup> e Kinikinawa, perdendo apenas para o estado do Amazonas. Mesmo sendo a segunda maior população indígena do Brasil, são poucos os que frequentam as universidades.

Portanto, é preciso compreender o funcionamento de sentido que o indígena constrói em relação ao ensino e educação diante das questões políticas, sociais, econômicas e culturais. Sendo que o tema possibilita múltiplas discussões e controvérsias a respeito do ensino e educação para o povo indígena no Brasil e no Mato Grosso do Sul. Este questionamento discursivo torna-se essencial para nossa abordagem teórica semanticista, analisando na enunciação os sentidos intrínsecos das entrelinhas, exposta na linguagem, em virtude dos procedimentos de designação, reescrituração e articulação percebendo nas relações que as palavras se estabelecem organizada com outras.

Para entender a relação enunciativa devemos considerar a “temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p.12), apresentado como memorável, enquanto essa “rememoração de enunciações” (*Idem, Ibidem*). Fazendo uma projeção, possibilitando diferentes interpretações. Sendo que a temporalidade funciona na relação tomada das práticas sociais. A partir dessa “compreensão de sentido em enunciados” (DUCROT, 1987, p. 164), faremos uma análise do constructo semântico da palavra ensino do “não-indígena” para o indígena, representados nos *espaços de enunciação*. Observando e indicando nos DSDs essa divisão política de superioridade e de inferioridade nas relações estabelecidas nestes espaços.

---

<sup>1</sup> Encontramos a decorrência de outra forma na escrita como Ofayé.

Nos termos supracitados, em relação ao indígena, que são *silenciados*, possibilita a produção de diferentes sentidos sobre sua realidade cultural, social e religiosa. Nessa medida essas construções circulam, contribuindo para sua reprodução e cristalização de sentidos na sociedade brasileira.

Para compreendermos essas questões, observaremos primeiramente, como se constitui a “cena enunciativa”: a partir do agenciamento enunciativo, o Locutor ao dizer, o faz de um lugar social, enquanto lugar autorizado, estando dividido na cena enunciativa e produzindo determinados sentidos e não outros. Essa relação do locutor com o que ele diz, se dá pelo “agenciamento político da enunciação” (GUIMARÃES, 2009). Assim Guimarães (2005, p.17), diz que o político se dá pela divisão do real, interferindo na sua materialidade histórica, nestes espaços constituídos por falantes e línguas.

A nossa unidade de análise é o enunciado, pensado de modo específico sobre a constituição de sentidos em que as palavras ocorrem. Observamos como os enunciados se caracterizam integrando o texto e como significam no acontecimento, considerando que o “texto é uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação” (GUIMARÃES 2011, p.19). Sendo fundamental para compreender a organização das análises presentes nesta dissertação, permitindo observar os textos, os lugares de enunciação, tomado dos sujeitos ao enunciarem sobre o objeto de estudo: ensino para o indígena do não-indígena.

Desse modo, cada enunciado contribuiu para compreensão da construção de sentido do indígena, enquanto sujeito, em relação às leis que foram criadas para contemplá-lo. Assim, observamos como eles se posicionam diante da sociedade não-indígena. Ou seja, como se dá à construção de sentido em relação a si próprio.

O objeto de pesquisa na área da Semântica é o uso da língua em funcionamento dando representação “a noção de sentido, ou significação” (GUIMARÃES, 2005, p. 11), ou seja, compreender que o sentido de um enunciado pode não estar numa expressão explícita. Nesta perspectiva analisar enunciativamente o funcionamento da palavra ensino, educação e indígena, tomados pelo acontecimento de linguagem se constituindo pelos procedimentos da reescrituração e a articulação ao trata do “ensino do não-indígena para o indígena”, e como se posiciona diante do serviço público básico.

Entende-se como a enunciação produz sentido, da perspectiva semântica do acontecimento, nosso aporte teórico. Em um primeiro momento descrevendo os procedimentos enunciativos sobre o funcionamento de significação “pela história e pela língua” (ORLANDI, 2005, p. 32). Na relação do acontecimento social, cultural e político, estes elementos servem de base para compreensão dos objetivos apresentados.

Assim, nossos objetivos gerais são de analisar a construção de sentidos das palavras: “educação”, “indígena” e “ensino”, na enunciação a partir da reescrituração em que elas aparecem reditas nos enunciados, promovendo possibilidades de reflexão em relação às políticas públicas de inclusão intercultural.

Para tanto vamos teorizar e explicitar como os sentidos circulam e se reproduzem na sociedade, influenciando no contexto social da população indígena, como elemento de linguagem que obedece às normas de formação social. Assim, desenvolver análise entre o acontecimento de linguagem e a prática social/política no funcionamento no *espaço de enunciação*.

Para alcançar os objetivos propostos, A metodologia usada da análise da designação do “ensino brasileiro” do não indígena para o não-indígena, tendo como aporte teórico a Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 1989, 2002, 2004, 2006 e outros), intermediando a percepção da construção do sentido.

Ancorado em Guimarães, pelo método descritivo analítico, analisando a construção do sentido da palavra pelos Procedimentos de *Articulação* onde ao designar as relações semânticas que se estabelecem entre o sentido das palavras organizadas no enunciado propondo outra significação, enquanto o de *Reescrituração* são as formas como a palavra aparece retomando o que já foi o dito insistentemente. Nessa sequência identificando como essa palavra se posiciona sobre a outra determinando novos sentidos, proferidos no contexto e apresentando nas análises a partir do DSDs

Nesta perspectiva, percorrer as diferentes possibilidades de investigar a enunciação nos enunciados e os sentidos produzidos na linguagem em relação à exterioridade enquanto historicidade. Assim Guimarães afirma que a enunciação é a representação da significação histórica “não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é

determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é esta historicidade” (GUIMARÃES, 2005 p. 66).

A execução dessa metodologia proposta se deu a partir da organização cronológica, construída pela elaboração do questionário, a busca de informações e identificação dos indígenas nos cursos de graduação. E após aplicar-los aos acadêmicos indígenas nos cursos de graduação da UEMS. Após fazer a seleção dos enunciados de acordo com temas utilizados nas análises. Realizar leituras das fontes bibliográficas para conhecimento e maturação teórica, e assim a construção do texto dessa dissertação.

Esta abordagem foi fundamental para percebermos nos recortes os sentidos subentendidos e o funcionamento da linguagem na construção de sentido com outras significações.

A partir do método descritivo analítico da articulação e as formas de reescrituração, possibilitou estabelecer relação entre a palavra e a construção de sentido na enunciação apresentada pelo indígena a respeito do seu povo e como são reproduzidos, sendo possível à elaboração do domínio semântico de determinação.

Nesta concepção opondo-os enquanto sujeitos limitados mantidos na sociedade não-indígena, desde a colonização em sua participação na sociedade, mesmo com as leis que foram criadas para contemplá-los. Desse modo percebemos como os indígenas se posicionam diante da sociedade não-indígena e como se dá a construção de sentido em relação a si próprio.

### 1.1. O *CORPUS* DA PESQUISA

O interesse em pesquisar o sentido da palavra “**ensino**” a partir da enunciação do indígena, se deu pela baixa representatividade nos diversos cursos da universidade. Assim decidir investigar o funcionamento deste sentido perante a sociedade não indígena. Dando origem ao *corpus* desta pesquisa, é constituído das respostas do questionário, tendo como reflexão a relação da temática e a produção do sentido apresentado pelo indígena nos enunciados. Assim propondo efeitos nos recortes de relevância social sob a perspectiva dos

conceitos teórico-linguísticos desenvolvida a partir da Semântica do Acontecimento de Guimarães (2002, 2005, 2006, 2009, 2011), Breal (1992), Ducrot (1987), Benveniste (2005).

A partir destes recortes utilizados para compor o *corpus* dessa pesquisa serão analisados o funcionamento dos sentidos das palavras “indígena” e “ensino”, presentes nos enunciados. Conforme Guimarães para a análise enunciativa o recorte é conceituado como:

um fragmento do acontecimento da enunciação. Não se trata simplesmente de uma sequência, mas de formas linguísticas que aparecem correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência. (2012, p.58)

Ou seja, na relação da palavra com as outras o autor afirma que deve ser considerando “o sentido é produzido pelo acontecimento da enunciação” (2009, p.50) e posto em funcionamento pela linguagem em sua materialidade simbólica de representação. Assim nos dedicamos em analisar, a conexão desses sentidos que foram se constituindo e reproduzido historicamente a respeito da identidade étnica da população indígena.

Na seleção do material, observamos nas enunciações os diferentes sentidos a respeito do mesmo enunciado assim separamos por tema, desse modo, das trinta e oito questões do questionário, dentre eles a resistência dos entrevistados ao responder as questões com “não” ou deixando em branco, sendo que em cada pergunta tinha a opção de justificativa. Este ou um fator importante para as leituras, a seleção dos recorte e na elaboração das análises. selecionamos as que estão relacionadas ao ensino, educação, indígena, preconceito, democracia, conteúdo didático e o livro didático contemplando o nosso corpus.

Diante das questões levantadas acima, favoreceu no desenvolvimento das análises observando as relações que a designação estabelece entre as palavras e o sentido a partir do Domínio Semântico de Determinação, tomar da posição apresentada diante dos procedimentos teórico-metodológicos nos permitindo recorrer:

- a) Tomar da palavra apresentada na designação.
- b) Interpretar o sentido da palavra em relação aos enunciados.
- c) Como a palavra faz-se dela uma descrição vinculando a significações com outras.
- d) Buscar em outras palavras complementação, que o entendimento produzido pelas análises aponte-se suficiente para o objetivo da análise.

Porém, esta pesquisa nos interessa em compreender alguns aspectos como: a produção de sentido da palavra “ensino” para o indígena, a movimentação na linguagem e a o funcionamento no contexto histórico social apresentados nos procedimentos de reescrituração e articulação destas análises.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. A SEMÂNTICA EM MICHEL BRÉAL**

Michel Bréal, considerado por muitos estudiosos o fundador da Semântica, após a publicação de seu artigo *Leis intelectuais da linguagem: fragmento de semântica*, publicado em 1883, assim, o termo ‘semântica’ é empregado pela primeira vez. Após o marco de fundação da semântica em meado do século XIX, despertando interesse de estudiosos pelo seu trabalho, tendo como objeto analisar o significado da palavra e seu efeito responsável pela mudança de sentido e as implicações da gramática clássica. Em sua obra *Ensaio de Semântica* faz uma explanação no percurso na história da língua procurando esclarecer as transformações e efeitos que são determinantes pelas relações de sentido na linguagem e na sua significação que acontece de modo automático.

A Semântica considerada como “ciência das significações”, ocupada em investigar as transformações de sentido nas palavras que se da pela restrição ou expansão e as respostas adequadas só poderão vi por meio do conhecimento da história. Só a história de uma língua pode dar às palavras o grau de precisão de que temos necessidade para compreendê-las bem.

Para Bréal a semântica é uma ciência linguística que se preocupa em investigar as modificações de sentido nas palavras em âmbito limitado ou amplo, ponderando que a linguagem do ser humano também faz parte das mudanças no âmbito social, estabelecendo relação nas renovações de significados.

Guimarães (2005, p. 16), apoiando em Bréal, considera que para o desenvolvimento da Semântica a ser constituída como uma disciplina Linguística é preciso “considerar a linguagem como fenômeno humano, portanto histórico”, ou seja, que através de intervenção humana e seguindo princípios de funcionamento da própria linguagem, de forma analógica, assim há uma ruptura do pensamento dos naturalistas, ao consideram as mudanças na

linguagem. Diferindo também da posição dos comparatistas que consideravam a transformação histórica como seguindo uma “lei mecânica atomizada” (Bréal, 2008, p.11) e necessária e não como “o histórico diz respeito à intervenção da vontade na inteligência” (GUIMARÃES, 2008, p.8).

Nessa percepção as contribuições teórica fundamentais nas realizações de estudos e análises para o entendimento do “funcionamento da enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 47) ao tratar o modo como a palavra se integra com as outras na produção do sentido, exposta na linguagem. Dessa maneira, a significação da palavra se dá em virtude da organização entre falantes e língua nos *espaço de enunciação*<sup>2</sup>, pelo “funcionamento da língua segundo as condições históricas em que este acontecimento se dá”. (GUIMARÃES, 2007, p. 117).

Portanto o estudo semântico da linguagem deve ser considerado o sentido da palavra, não a palavra solta e nem individual, mas na sua estrutura relacionada com outras. Podendo ser observada na construção de sentido, em que se propõe as novas formulações de análises que considere o emprego da palavra, dando diferentes significações a partir do contexto em que estão inseridas.

## 2.2. A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

No Brasil a teoria Semântica do Acontecimento desenvolvida por Guimarães, da continuidade aos estudos da significação da palavra pela da relação “do sentido da linguagem” a partir “do acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p.7). Baseando nesta teoria, realizamos as análises, sendo preciso observar, a relação das palavras na constituição de sentido do enunciado.

O semanticista Guimarães iniciou o desenvolvimento de seus estudos no Brasil nos anos 90 do século XX, abordando as questões referentes à *designação e referência na linguagem*, ampliando a reflexão sobre a enunciação e os problemas da designação. Analisando o sentido das palavras “cidadão” e “república” em vários textos sobre a história do Brasil e também nomes próprios e comuns.

---

<sup>2</sup> É um conceito da Semântica que mais adiante será explanado.

Na obra *Semântica do Acontecimento*, o autor faz um percurso no estudo da linguagem compreendendo das transformações da realidade própria da historicidade da enunciação. Assim exemplifica: a cena enunciativa, o enunciado, Locutor, enunciador, o político, agenciamento enunciativo como conceitos fundamentais para a realização dos análises. Na mesma concepção Guimarães apresenta alguns procedimentos contribuintes para realização das análises como por exemplo: *argumentação, articulação, reescrituração, designação, nomeação* a partir de análise de nomes próprios e de nomes comuns, de mapa, texto jornalístico, documento oficiais dentre outros.

Em vários pontos de reflexão Guimarães enfoca estudo detalhado para compreender como o acontecimento na semântica determina a temporalidade, pontuando os quatro elementos fundamentais na formulação de conceituação do acontecimento de linguagem que são: a *língua*: pela enunciação, é posta em funcionamento; *sujeito*: se constitui ao enunciar; o *acontecimento*: que se refere à temporalidade; *real*: enquanto materialidade histórica, no mundo pelo simbólico.

Fundamentando nestas obras para analisar se constrói o sentido das palavras: “educação/ensino” e “indígena” no acontecimento da construção histórica, remetida ao *espaço de enunciação*. Sendo considerado esse espaço de enunciação como “um lugar central e decisivo” (GUIMARÃES, 2014, p.49), Lugar que se constitui pelo funcionamento das línguas, nas relações de falantes remetida ao acontecimento, ou seja, “o acontecimento não é um fato *no* tempo... Ele não está num presente de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade” (idem, 2005, p. 12).

O estudo da semântica nos proporciona uma reflexão na construção de sentido, não de forma restrita, apenas em conhecer o sinônimo das palavras de um texto, mas de entender como o sentido da palavra é construído a partir da relação que estabelece com o enunciado e afeta a língua no seu funcionamento pelas condições históricas no “espaço de enunciação [...]”. E cada espaço de enunciação tem uma regulação específica, ou seja, distribui as línguas em relação de um modo particular”. (Idem, p. 47). Considerando o entendimento das condições de produção em que são manifestados no acontecimento da linguagem na construção de sentido.

De acordo com Guimarães, o acontecimento se constitui a partir da temporalidade do presente na representação do locutor, passado pelo memorável de enunciação e futuro na

projeção de sentido fazendo “diferença na sua própria ordem” (2011, p.15). Esta temporalidade da abertura latente de futuro, dando uma projeção interpretável do acontecimento, sendo seu depois incontornável e próprio do dizer, traçando em si mesmo o futuro e constituindo no seu presente abertura de espaço dos sentidos.

Assim o passado faz significação no presente do acontecimento, pelo sentido retomado ao memorável da enunciação, esse resultado da latência remetida ao futuro apresenta diferença no acontecimento por sua ordem, vinculando-a ao seu campo de estudo definindo como: uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem os quais não haveria sentido, acontecimento de linguagem e enunciação.

Nas estruturas textuais temos no meio de comunicação diversas possibilidades de análises, podendo ser de acordo com a ordem do contexto social ou específica da linguagem. Como demonstra Guimarães uma análise da construção de sentido realizada a partir de um índice, no caso da Na Revista *Veja* de 17 de janeiro de 2001, na *Seção Brasil*.<sup>3</sup> Apresenta de um lado o ponto de vista de leitor, que observa a organização da estética da revista, a separação entre a matéria e numeração das páginas, do outro enquanto semanticista, as observações são mais detalhadas até nas especificações da organização estrutural, remetendo ao locutor identificar os espaços do acontecimento; o dizer dos títulos da matéria (já enunciados por outros locutores). Observando nesta perspectiva que o presente do acontecimento está como passado neste acontecimento, apresentando como rememorado fazendo significar de certo modo, já o título e a matéria projeta sentidos futuros capazes de movimentar novos sentidos na constituição para outras enunciações. Para melhor entendimento da temporalidade, o recorte para analisado por Guimarães “Municípios Prefeitos deixaram as cidades depenadas” (2005, p.13) serve de base.

Dessa maneira o autor faz uma pequena descrição do recorte de uma revista, para tratar do tempo presente, que não é depois da semana anterior, nem um antes da semana passada, nem o futuro, é a semana posterior àquela em que se está. Dando significação que passa pelo sentido na construção do acontecimento, a partir da instrução de como interpretar à matéria ou notícia constituindo a temporalidade específica.

Para melhor definição sobre a especificação de representar, limitando à “temporalidade do acontecimento e da enunciação que traz uma situação de disparidade

---

<sup>3</sup> Itálico conforme o destaque do autor no livro: *Semântica do Acontecimento* (2005).

temporal entre o tempo e a representação da temporalidade pelo locutor” (2005, p.14). Se constituindo pela divisão do locutor no acontecimento à medida que põe a língua em funcionamento.

Na posição teórica o acontecimento de linguagem um recorte considerado como memorável, tem contribuição de caráter para futuras significações, em que o sujeito não fala no presente no tempo, embora o locutor o represente, mas enquanto afetado pelo interdiscurso na memória de sentidos e pela língua em funcionamento. Falar é estar nesta memória do acontecimento para o autor é o espaço da temporalidade, tendo no passado uma rememoração de enunciações recortadas de fragmentos do passado.

### 2.3. O SENTIDO NA LINGUAGEM

A linguagem é considerada um “instrumento” (BENVENISTE, 2005, p. 284) de comunicação que interpela simbolicamente o homem, através da sua prática com a natureza na relação do discursiva. Assim o que é dito sobre o indígena toma efeito de sentidos produzidos pelas mudanças sociais que ocorrem na linguagem. Sendo na linguagem e pela língua que o homem se constitui como sujeito.

As novas formas de circulação de sentido que vem sendo construindo no contexto histórico pela discursividade enunciativa levam a Semântica a fazer novas indagações. Isto é, fazendo parte da ideologia no capitalismo, dando existência a uma forma onipotente de caráter do domínio pessoal, ou seja na medida em que à posição aparece vai sustentando na vontade e na consciência do sujeito. Este sujeito considerado como origem e dono de si, há forma de onipotência também no domínio social que sustenta na quantidade e na pretendida consciência coletiva. Funciona como ilusão da transparência da sociedade na negação da ideologia, trazendo em comum uma relação com a autoridade do saber e o saber da autoridade, havendo um atravessamento do sentido e no sentido.

### 2.4 LUGAR DE ENUNCIÇÃO POSIÇÕES DE SUJEITO

Os lugares de enunciação se constituem pelo funcionamento da língua, apresentados distribuídos por uma temporalização específica do acontecimento. São nesses espaços de

enunciação, ocupados por falantes representando os grupos sociais ao qual pertencem, e ao mesmo tempo dividido-os na disputa pelos seus dizeres. O falante ao enunciar (fala) está representando suas práticas política no funcionamento da língua, dentro dos espaços de enunciação formados por cenas enunciativas, as quais representam esta particularidade na “distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 23).

Estes lugares de enunciação conforme o autor podem ser configurados como um “agenciamento político da enunciação”, por uma disputa a respeito de “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”, ou seja, entre falantes e língua, a partir desse agenciamento que ocorre a assunção da palavra nos lugares de dizer estruturados na cena enunciativa. (idibem, p. 22).

Para compreensão da cena enunciativa é preciso percebermos como o enunciador se posiciona para enunciar, assim o Guimarães exemplifica com a representação do enunciador do lugar ocupado a falar. Temos como base a voz universal, voz genérico, individual e outras, intermediando o lugar social e a forma da enunciação.

Nesse processo de disputa, o Locutor ao enunciar automaticamente se desloca do seu lugar social apagando seu caráter social e histórico, afetando-o como sujeito no esquecimento. Sendo neste esquecimento que o Locutor se constitui, e o divide pela posição social de Locutor e o apaga como locutor-x.

Falar e fazer-se sujeito é preciso, está na região do interdiscurso, de uma memória de sentidos, por isso nada impede a posição de sujeito científico no *lugar do dizer* ou do lugar *social*. Em Guimarães (2011), podemos observar com mais clareza o deslocamento do locutor e Locutor enquanto autoridade falar do lugar do presidente a partir de uma posição do discurso científico é diferente de falar do lugar do presidente a partir de uma posição do discurso jurídico, estas marcas são fundamentais para identificação dos espaços de enunciação, da cena enunciativa e na construção do lugar de enunciação.

## 2.5. CENA ENUNCIATIVA

O conceito de enunciação dado por Guimarães, é o modo como se dá o funcionamento da língua no acontecimento, produzindo sentido no lugar considerado espaço

de enunciação. Sendo este espaço compostos pelas relações entre falante no funcionamento da linguagem em seu próprio dizer, ou seja,

não é o Locutor que escolhe uma forma para dizer algo, mas ele é agenciado a dizer pelo modo como as formas linguísticas se constituíram sócio-historicamente e pelo modo como o espaço de enunciação distribui as línguas e os modos de dizer e o que dizer, para seus falantes. O Locutor só é Locutor enquanto falante determinado por este espaço político do dizer, o espaço de enunciação. (GUIMARÃES, 2009, p. 50)

Sendo nesse espaço onde acontece a distribuição dos lugares do dizer entre o Locutor e o locutor. O Locutor tomado a falar do seu lugar social. “Aqui o lugar de Locutor se representa como *lugar de dizer* simplesmente. E neste caso um lugar de dizer que se representa como individual” (GUIMARÃES, 2005, p. 25). O modo do dizer, neste contexto pode ser compreendido como um agenciamento enunciativo específico na constituição de sentido, que ocorre na temporalidade sendo um elemento exclusivo no acontecimento histórico, servindo de alicerce da cena enunciativa.

Sendo no acontecimento que a cena enunciativa é representada pelos lugares sociais, de Locutor (L) sobrepondo ao locutor (l), marcando pela posição a qual eles ocupam determinado a falar “como origem do que se enuncia, não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor” (GUIMARÃES, 2002, p. 24), chamado por este autor de locutor-x. Essa disparidade é essencial para a construção dos sentidos, mesmo pela diversidade do lugar social em que fala o Locutor, percebendo como funciona esta relação nos elementos linguísticos representando este lugar na sociedade.

Observando no enunciado, a forma como o locutor se desloca de um lugar social e ocupa o lugar social político em que assumi a palavra como Locutor a falar, dando como origem daquilo que se fala e para quem fala tomado pela posição que ocupa enquanto falante. Sendo que o Locutor é determinado a falar deste lugar, no caso a Língua Portuguesa, a qual está regulada e definida como língua oficial do Estado brasileiro.

Essa configuração do espaço de enunciação composto por falantes, sobrepõem na exclusão de outras línguas, assim no lugar de enunciação há uma inseparabilidade da língua e do Estado, como forma de controlar ao máximo a resistência de outras línguas, dando sentido ao apagamento das configurações sociais pelas disputas dessimetria do dizer; e dito popular em que o sujeito fala de outra região do interdiscurso (posição de sujeito), a do senso comum.

O enunciador-genérico representado estando no lugar do dizer, mas no mesmo lugar social de igualdade, ao representar como lugares “*independentemente* da história” um exemplo pode ser dado ao dizer são os ditos populares, sendo reproduzidos automaticamente pela repetição do dizer por todos, como isso percebe-se o apagamento do lugar social na circulação dos ditos populares.

Enquanto o enunciador universal representa o lugar de poder, sustentando como verdade seu dizer, colocando como superior à historicidade, se apropriando do discurso, como sendo seu, pela sua representação de não fazer parte do social. Sendo este lugar específico do discurso científico.

No estudo da semântica, a expressão Locutor-L e locutor-x referem à representação do sujeito no lugar social ao qual pertence. De acordo com Guimarães (2005) na obra *Semântica do Acontecimento*, defini o Locutor como díspar a si, e que sem esta disparidade não há enunciação, uma vez que, ao assumir a palavra na autoridade do dizer só é possível na medida em que o Locutor, que se dá como origem de determinar, enquanto constituído como lugar social de locutor.

O Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social, a este lugar social do locutor chamado de locutor-x (sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa presidente, governador etc.). No acontecimento de enunciação há uma disparidade essencial para a constitutiva do Locutor e do locutor-x, entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento.

Conforme Guimarães (2011, p. 25), todo enunciado significa um engajamento específico do Locutor (uma performatividade específica), assim também apresentado por uma particularidade do Locutor, num certo espaço de enunciação no enunciado ou texto. Neste sentido diria que este engajamento do Locutor com o enunciado “se dá pelo agenciamento do falante, no espaço de enunciação”.

O acontecimento cuja temporalidade recorta uma memória de dizeres populares estereotipados, a partir de um dizer que não é só seu, mas é de todos. Tendo como exemplo a forma de representação do locutor reportando ao lugar de Presidente, sendo assim um exemplo do enunciador-genérico, argumentando para si, produzindo o feito na fala não como presidente, mas como um todo, do povo.

Nessa representação de lugar (cena) e locutor-sujeito (falante) e a significação do enunciado se deve considerar o engajamento na relação do Locutor com o texto em um determinado espaço de enunciação. Essa “relação de autor” se dão por não serem segmentais a uma linearidade, mas por analisar o falante enquanto político.

Assim, a partir das análises realizadas nos diversos enunciados, pode ser considerada distribuição dos lugares estruturados dizeres pelos locutores L e I(x) enquanto a p, se opondo na produção de diferentes sentidos.

## 2.6. O POLÍTICO: DISTRIBUIÇÃO DE DESIGUALDADE E AFIRMAÇÃO DE PERTENCIMENTO

Baseando em fundamentações de Guimarães e Rancière (1992) para melhor interpretação a respeito da definição de político a partir do domínio das posições materiais, são as maneiras de percebermos as questões materialistas no campo político e como elas interferem no acontecimento da enunciação, no acontecimento memorável de enunciação e pela temporalização do acontecimento.

Para Guimarães, o político é considerado como um conceito fundamental nas análises da semântica, para a compreensão da representação que é constituída pela contradição entre as normativas das instituições sociais e como se organizam de forma desigual o real. Assim, “o político é afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão do real, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todo”. (GUIMARÃES, 2005, p.17). Estas contradições apontadas nas relações estabelecidas no contexto político se mostra numa conjuntura organizando burocraticamente a sociedade.

Na sequência, Guimarães apresenta as concepções do filósofo para Rancière (*Idibem*, p. 15) considera o político como algo próprio dessa divisão que afeta materialmente a linguagem, o acontecimento da enunciação. São necessários elencar os três elementos para conclusão desta definição:

*Arqui-política*: (Platão) é necessário fazer seu próprio trabalho “anular” a falsa política a democracia pela constituição da Republica;

*Para-política:* (Aristóteles) integra e neutraliza o conflito entre pobres e ricos seus interesses opostos e fim na pacificação social;

*Meta-política:* denuncia o excesso das injustiças e das desigualdades, a atacar direitos formulados por instituições sustentadas no conceito de soberania tudo quem do político é falso.

Para Guimarães, os três modos acima de conceber o político para a filosofia são negativos, pois caracteriza como fundamental nas relações sociais da linguagem. Caracterizando o político, como “a contradição que instala este conflito no centro do dizer. Ele se constitui pela contradição entre a normativa das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos que estão incluídos” ((GUIMARÃES, 2005, p.17).

Considerando o político como próprio da representação da igualdade e desigualdade dos grupos sociais na sociedade. As posições interpretativas destes conflitos tornam incontornável, ao modo em que o homem fala e a maneira em que está sempre a assumir a palavra por mais que lhe seja negada e por ser indissociado desta ciência que redivide a sensível, nos papéis sociais constituído no espaço de enunciação espaço político.

“Compreender o caráter político do espaço de enunciação é parte de um processo para se saber como mudar/afetar nosso espaço de enunciação refazendo-o politicamente”<sup>4</sup>. Assim, observaremos o sentido de “educação” e “indígena” na relação com de sentido de colonização tomada na história e exposta na linguagem em funcionamento. Sendo que o “acontecimento de linguagem por se dar nos espaços de enunciação é um acontecimento político”. Deste modo, entenderemos esta construção de sentido em que se faz pelo funcionamento da língua na relação com os falantes.

## 2.7. ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO

Baseando no conceito dado por Guimarães, o espaço de enunciação “são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam

---

<sup>4</sup> Retirado de um recorte de um trabalho de Eduardo Guimarães. Enunciação e política de línguas no Brasil. Universidade Estadual de Campinas – SP (p.52)

por uma disputa incessante” (GUIMARÃES, 2005, p. 18). A enunciação considerado como o acontecimento e que precisa estabelecer relação entre o sujeito e a linguagem, sendo nessa relação que se constitui os sujeitos nos espaços sociais.

Considerando este como espaço político, por representar a relação entre as línguas e os falantes, na medida em que só há falante porque há língua. Desse modo a língua é dividida pelo sentido e automaticamente atravessada pelo político, condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, na igualdade dos desigualmente divididos.

Essa divisão da língua está destinada por uma deontologia (*Idibem, idem*) global da própria língua, que necessita indentificar o lugar social do Locutor-L e locutor-l, para saber de onde falam. Assim, analisar no espaço de enunciação o desenvolvimento da prática política, ao qual determina que “Falar é assumir a palavra neste espaço dividido de língua e falantes” (GUIMARÃES, 2005 p.22). Portanto, o ato de enunciar é por a língua em funcionamento, destacando que “a língua não funciona no tempo, mas pelas nas relações semiológicas que funciona pelo acontecimento, e não pela assunção de um indivíduo” (*Idibem, idem*)

Na concepção em “a enunciação se dá por um agenciamento específico da língua”, (*Idibem, idem*) no acontecimento onde ocorre a representação dos sujeitos nos espaços da enunciação no processo tomado pelo espaço político, configurando-os pelos enunciativos e os novos sentidos de acordo com cada um do lugar de enunciação. Sendo o lugar de enunciação responsável pelo agenciamento<sup>5</sup> político distribuindo os sujeitos nos lugares do dizer.

---

<sup>5</sup> A noção de agenciamento da enunciação, exposto e baseando a partir da caracterização dos atos ilocucionais conforme Guimarães.

### 3. O PROCEDIMENTO DESCRITIVO E ANALÍTICO

#### 3.1. DESIGNAÇÃO: A ARTICULAÇÃO E A REESCRITURAÇÃO NA ENUNCIACÃO

Será analisada a significação das palavras como “indígena”, “educação” e “ensino” apresentadas na *designação* como elemento de integração entre as palavras em relação às outras em virtude da construção enunciativa da linguagem. Esse movimento enunciativo e que constitui a designação deve ser considerado “enquanto uma relação linguística tomada na história” (GUIMARAES, 2002, p. 9) funcionando pela instabilidade e ou particularidade da palavra nas condições exposta pela enunciação.

Ao tratar do funcionamento “próprio do acontecimento” (GUIMARAES, 2011, p. 45) da linguagem em um enunciado é preciso compreender as formas de sentido que o acontecimento produz. Para isso, Guimarães apresenta esses dois procedimentos: *articulação* e *reescrituração* que são necessários à constituição da designação, do sentido na linguagem.

A *articulação* enquanto procedimento de descrição estabelece relação dos sentidos na enunciação pela mediação entre os elementos linguísticos, na medida em que o “sentido se produz pela combinação” (*idibem, idem*) organização da enunciação pelo “funcionamento de certas formas [que] afetam outras que elas não redizem” (Guimarães 2004a; 8). Assim, para o desenvolvimento deste procedimento precisamos identificar as três maneiras as quais ocorrem à articulação, sendo por: dependência, incidência e coordenação, relacionando o modo como “o acontecimento especifica uma operação, pela qual o Locutor relaciona elementos do enunciado” (GUIMARÃES, 2009, p. 51). Sendo que:

“o funcionamento da linguagem considera que as relações de sentido não são segmentais, mas são normalmente transversais, sobreposta, etc., podendo considerar esta relação de sentido na integração de um modo novo e assim caracterizar o texto não composto por segmentos, mas como integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade. O sentido dos enunciados é esta relação de integração” (GUIMARÃES, 2011, p.22).

As relações de articulação não se devem limitar ao interior do enunciado, segundo Guimarães, tendo em vista que as “relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto” (*ibidem*, p.52). Nesse aspecto o texto é considerado “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação” (2011, p. 19). E

para essa compreensão, sobre o que é um texto é preciso perceber nos elementos linguísticos a significação ao integrarem essa unidade numa relação de produção de outros sentidos.

O procedimento de *reescrituração* se constitui numa textualidade linguística na qual “consiste em se redizer o que já foi dito” (GUIMARÃES, 2011, p. 46), relacionando aos enunciados que aparecem organizados em um texto, vão dando outros sentidos, diferentes entre si. Podemos perceber uma intervenção no funcionamento enunciativo essencial para a construção do sentido que ocorre no acontecimento dessa “operação enunciativa”. Essa operação apresenta algumas características fundamentais, como: a relação transitiva, simétrica e não-reflexiva (GUIMARÃES, 2009). Elas servem de base para melhor entendimento do procedimento reescrituração.

Desse modo, “o sentido é constituído pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto” (*Idem, Ibidem*) (GUIMARÃES, 2005, p. 28). Portanto, no procedimento de reescritura analisando a designação de como uma palavra se constitui de predicções pela segmentação do texto reproduzindo o sentido da designação. Deste modo, “o sentido é constituído pelo modo de relação de uma expressão como outras expressões do texto” (*Idem, Ibidem*) (GUIMARÃES, 2005, p. 28).

Assim, é necessário considerar os dois procedimentos fundamentais que estruturam a enunciação: a *articulação* e a *reescrituração* (GUIMARÃES, 2002). A *articulação* que constitui a designação e nos permite analisar o modo em que às palavras vão se aproximando nos enunciados pela significação, enquanto a *designação* consiste no processo retrospectivo na busca da “temporalidade do acontecimento” em relação à significação da palavra no processo enunciativo de significação produzido no funcionamento da linguagem. Assim, apresentaremos nas análises a designação a partir da relação entre as palavra, construindo sentidos no Domínio Semântico de Determinação (DSD).

### 3.2. O DOMÍNIO SEMÂNTICO DE DETERMINAÇÃO – DSD

O significado da palavra deve ser analisado no funcionamento da língua, estabelecendo, no Domínio Semântico de Determinação (DSD), relação enunciativa constituída no acontecimento da linguagem. Portanto para compreender o significado de uma

palavra ou expressão é preciso analisar como a linguagem ““se reporta a”, “se relaciona a”, “diz de” alguma coisa”” (GUIMARÃES, 2007, p.77) representando, por exemplo, o sentido de palavras e/ou de expressões como “colonização” na relação com “indígena” e “ensino”.

O processo de determinação é estabelecido pela relação de uma expressão ou palavra, na interação com outras nos diversos acontecimentos. É essa relação que possibilita analisar a constituição de sentidos. No exemplo, “se x determina (é determinante de) y é porque y é determinado por x” Guimarães (*idem*, p. 78 - 79) considera que a determinação se constitui pelo significado de sinônimo ou antônimo da palavra.

A relação de determinação demonstra o movimento de sentido de uma palavra ou expressão, que é representada por alguns símbolos específicos do DSD, que são:  $\vdash$  ou  $\dashv$  ou  $\perp$  ou  $\top$  que lê “determina” e significa a sinonímia exemplo *ensino*  $\vdash$  *indígena*; o traço na posição horizontal dividindo o domínio ———, significa a existência de antonímia e, na posição vertical, dividindo dois DSDs, significa a sinonímia entre os DSDs.

Portanto a designação é analisada a partir da relação que as palavras têm umas com as outras, isso fica mais claro quando é mostrado, como se relacionam, no Domínio Semântico de Determinação. Sendo representada no acontecimento, pela linguagem, em que a construção de sentido é afetada pelas línguas no *espaço de enunciação*. A relação de determinação, que constitui a designação, é representada como segue:

## 4. O ESTADO DA ARTE NO BRASIL SOBRE O INDÍGENA

### 4.1. A EDUCAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, a educação escolar foi empregada como um recurso de iniciativas civilizatórias e integração à sociedade nacional de forma implementada pela Coroa Portuguesa, pelo império e pela república. Do século XVI até a última década do século XX, a oferta de educação escolar às comunidades indígenas se deu por meio da catequização, ofertada pelos missionários jesuítas e aos funcionários da agência indigenista do Estado.

Embora, o ensino fosse ministrado na língua nativa, não descartava o interesse de imposição da nacionalidade europeia de catequizar e civilizar o indígena. Durante a administração imperialista também o indígena recebeu interferência da educação através da imposição da Igreja Católica com os mesmos interesses, considerado uma forma de conversão a uma cultura branca, cristã, européia e dominante.

O indígena recebia a educação colonial com a intenção apreciada de “por feição dominante, para todos os efeitos da colonização” (JÚNIOR, 1987, p.349), cuja finalidade não somente para civilizá-los, mas também para modelar-lo as condições de produção, por serem considerados, dentre outros fatores, o “poderoso inimigo destes habitantes e a mais poderosa causa entre muitas outras de seu atraso é a preguiça deles” (*Idibem, idem*).

De imediato os portugueses não tinham intenção de habitar nas terras brasileiras, porque o interesse era especificamente econômico. Dando ênfase a expressão de desprezo ao território considerado “primitivo” e “vazio que é América” (*Idibem, 23*).

Diante do crescimento comercial a população indígena passa a ser alvo no que confere as práticas sociais. Visando sua integração na sociedade e automaticamente assimilando-o em outra cultura por meio da educação.

A educação passa a ser formalizada contribuindo para o crescimento econômico do comércio e da indústria, contribui no “abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo”(STAROBINSKI, 2008, p.14). Favorecendo ao processo de transformação na vida do povo indígena.

Dessa maneira a política educacional destinada à população indígena, visava sua integração na relação social entre estrangeiros e povo nativo por meio da educação acreditava ser possível. Através da educação formal como forma de “discipliná-los e reduzi-los a condição de dominados” (TOMMASINO, 2003). A Promulgação da República de 1889 tem interferência positivista, desmistificando a concepção de que o indígena pertencia a um estágio primitivo sendo necessário chegar à civilização.

De acordo com registros históricos, durante a organização da sociedade brasileira, apresentam fortes características atribuídas ao povo indígena, nos aspectos de deterioração enquanto sujeito pensante, capaz e não contribuinte para o desenvolvimento econômico do país. Neste contexto ampliam-se as reflexões a respeito de que forma o sentido foi se construindo em relação ao indígena.

A Constituição Federal 889 assegura que a educação escolar indígena respeite a especificidade, ao reconhecer a pluralidade cultural e linguística dos povos indígenas a partir do contexto histórico, fazendo uma ponte entre os conteúdos a serem desenvolvidos de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacional de Educação e da aprendizagem, garantindo que, as aulas serão ministradas na língua portuguesa, porém permitindo o uso da língua materna.

Criaram o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais - SPILT, Serviço de Proteção ao Índio - SPI, que é substituída em 1967 pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Com forte influência positivista a Carta Magna de 1988, difundiu a ideia que os povos indígenas pertenciam a um estágio primitivo, e que, precisava chegar à civilização. Assim a Fundação Nacional do Índio – FUNAI foi criada com a função social de proteção, fiscalização na garantia dos direitos do povo indígena. Tendo objetivo de preparar autonomia e uma retomada no contexto social, político e econômico comprometido na contribuição afirmativa identitária para a promoção da tradição desse povo.

#### 4.2. LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL INDÍGENA

Durante o século XX, a educação formal passou a ser trabalhada por professores leigos, assumindo a função de reproduzir as políticas interacionistas, sem levar em consideração a especificidade da cultura e da história indígena, além de ter contribuído e incentivado a “prática da língua monolíngue” (português) (TOMMASINO, p.84, 2003).

Com a criação de leis para garantir a inclusão do cidadão nos diversos âmbitos sociais, abriu-se um leque para discursões a respeito do tema, sobre o sistema de ensino brasileiro, como forma de “redemocratização”<sup>6</sup>, uma que vez que, a inserção da cidadania contribui para a mudança comportamental da sociedade.

Na textualidade da Constituição Brasileira de 1988 designa a educação como fator determinante na vida do sujeito na sociedade, afirmando a necessidade do “[...] seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205). Ainda em consonância com a LDB, de 1996 traz um conceito de cidadania como finalidade da educação básica; e a partir dessa proposta apresentada à expressão educação passa a constituir outro sentido, ao tratar a formação para a cidadania como essencial, enquanto possibilidade de acesso ao conjunto de direitos sociais e humanos inerentes a toda pessoa.

A promulgação constitucional pode ser interpretada como um marco histórico e importante para os povos indígenas, no caso dos direitos constitucionais, em que estão expressas a liberdade e o reconhecimento da diversidade cultural e por outro lado pode ser interpretada como uma forma de exclusão pela sociedade ao distinguirem pela diversidade social.

Como forma de envolver a sociedade indígena se aprova o Decreto n. 26/91 de 04 de fevereiro de 1991, em que a Educação Escolar Indígena passa a ser responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), incumbido de organizar e coordenar as ações desenvolvidas pelas Secretarias Estaduais e Municipais, com a finalidade de atender a população indígena.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, apresenta uma proposta educacional diferenciada, por ser intercultural e bilíngüe (ou multilíngüe) aos povos indígenas. Para que estes sujeitos tenham condições de resgatar, fortalecer e valorizar suas práticas sócio-culturais, por meio de suas memórias e da língua materna. Também dispõe de orientações para o desenvolvimento de programas que integrem e envolvam a comunidade indígena.

Art. 79º. Os programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta de uma educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

---

<sup>6</sup> Escrita de acordo com o Referencial Curricular do Ensino Médio de Mato Grosso do Sul (2012, p.22).

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. (BRASIL, 2010)

A origem dos dados nos faz buscar um aprofundamento para analisar essa realidade na qual o sujeito está inserido, possibilitando-nos obter mais informações do objeto de estudo. Nesse sentido, ampliando a forma de conhecimentos sobre o indígena e que possa de fato ser pautado na própria aplicação empírica e nas práticas cotidianas.

Analisando os direitos previstos e determinados pela lei, podemos perceber como o enunciado se desloca na construção de sentido e do seu funcionamento. Discernindo como o sentido funciona na prática e nos dizeres em diferentes discursos vinculados ao espaço onde se constitui a materialidade da linguagem.

#### 4.3. EDUCAÇÃO E ENSINO

A instituição escolar é considerada um lugar de socialização e produção de conhecimento, assumindo o papel fundamental na formação do sujeito para viver em sociedade. Dessa forma, as mudanças políticas, sociais e econômicas contribuem para o mundo globalizado, que automaticamente exige agilidade na formação profissional.

Essas mudanças que ocorreram ao longo dos anos na sociedade, colaboram para a oficialização da educação como um direito constitucionalmente social, passando a ser uma ferramenta usada pela instituição escolar para o exercício do seu papel.

Nesse sentido, a educação pode ser compreendida como um fator fundamental na integração do sujeito à sociedade de acordo com a diversidade cultural, igualdade de direito e social, possibilitando a difusão dos conhecimentos. Assim surgem algumas questões que devemos analisar a respeito do desenvolvimento no processo educacional. Na perspectiva de integração ao mundo do trabalho, circulam vários tipos de interpretação dando diferentes sentidos, a partir das relações estabelecidas no contexto social, remetendo a ação da formação do sujeito para atender a demanda das práticas sociais.

Quanto ao ensino conforme estabelecido pela legislação nacional, deve buscar atingir o objetivo de superar dois princípios que caracteriza a vida do sujeito cidadão: primeiro na etapa em que o ensino direcione sua formação para o mercado de trabalho e o segundo

paralelamente dê continuidade aos estudos de cunho burocrático obrigatório. Levando em consideração a importância na explanação dos conhecimentos produzidos e acumulados historicamente por cada um.

O nosso ensino médio, nos termos da Lei, de sua regulamentação e encaminhamento, deixa, portanto, de ser apenas preparatório para o ensino superior ou estritamente profissionalizante, para assumir a responsabilidade de completar a educação “básica”. Em qualquer de suas modalidades, isso significa preparar para a vida, qualificar para a cidadania e capacitar para o aprendizado permanente, seja no eventual prosseguimento dos estudos, seja no mundo do trabalho (BRASIL, 2002, p. 8).

A LDB de 1996, estabelece as seguintes finalidades para o ensino médio, considerando a etapa final da educação básica:

- a) consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental;
- b) preparação básica para o trabalho e cidadania;
- c) formação ética, desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do educando;
- d) compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática. (BRASIL, 2010)

Esta relação é estabelecida na organização estruturalmente da base do cidadão enquanto estudante desde a sua formação pessoal (nos aspectos cognitivo, psicológico e físico). Apontando que para viver em sociedade e no mundo do trabalho, é fundamental considerar o ponto de vista da Ontologia ou da História.

No aspecto ontológico, o trabalho é entendido como inerente ao ser humano na transformação da natureza e mediação no processo de produção e reprodução de sua existência. No aspecto histórico (teleológico), o trabalho é entendido como a relação histórica e dialética que o homem estabelece com a natureza para produzir as condições de sua existência. Por meio do trabalho o homem produz conhecimento para uso na vida prática. Esse conhecimento ao ser utilizado pelo homem necessita ser compreendido e sistematizado, tornando-se ciência. (PCNs p. 22)<sup>7</sup>

Estas ciências são importantes para ampliação de conhecimento, sendo um subsídio contribuinte para percebermos as transformações ocorridas na sociedade. Estes subsídios apresentam-se em forma de conceitos constituído a partir da relação da teoria com a prática. Favorecendo, no campo da ciência, uma forma de mediar o conhecimento, com intuito de contextualizar no currículo educacional.

---

<sup>7</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2002.

#### 4.4. CULTURA E PRECONCEITO

Segundo Houaiss (2004, p. 204) a palavra “cultura” pode ser interpretada de maneiras diferentes, aqui apresento três. A primeira como um conjunto de padrões de comportamento, crenças, costumes, atividade de um grupo social. A segunda forma ou etapa evolutiva das tradições e valores de um lugar ou período específico; civilização e a terceira e conhecimento e instrução.

Nesta perspectiva, a palavra cultura pode ser considerada como uma prática coletiva de uma determinada sociedade, cuja finalidade é organizar a convivência entre as pessoas. A partir dessa relação social é que se constroem as manifestações de caráter material e simbólica, compreendidas como reprodutoras pela circulação dos sentidos que os norteiam na organização de uma sociedade.

Refletindo sobre a chegada dos europeus, o povo primitivo do território brasileiro, denominado indígena, foi compulsoriamente se adaptando às práticas culturais estrangeiras, de forma forçada ou não, mas ainda podemos perceber a existência de sua memória, valores e práticas culturais no contexto histórico.

Pensando na definição teórica da palavra cultura, pode fazer relação com o acontecimento histórico sobre a organização para a oficialização da formação do espaço demográfico brasileiro “no processo da colonização. O país que denominamos Brasil também se formou no encontro/confronto de etnias e sociedades “europeias” [...] “indígenas” (outras denominações externas) (SANTOS 2003, p.50). Por isso se apresenta na diversidade das regiões distintas com diferentes culturas. Nesta perspectiva, o sistema educacional, tendo como objetivo fazer a junção dos conhecimentos dos povos indígenas com outras etnias, com intuito de ampliar essa estrutura metodológica de trabalho, requer reflexões para o

entendimento do currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos (Resolução CNE/CEB n. 4, de 13/07/2010, p. 4-5).

Considerando a globalização como um processo que incentivou as transformações sociais, política e econômica da sociedade, neste sentido, as formas de produções e a forma de adquirir o conhecimento se modificaram.

#### 4.5. EDUCAÇÃO INDÍGENA

Há anos os povos indígenas foram esquecidos em seus direitos. Com as mudanças constitucionais, hoje a educação escolar indígena passa a ter uma modalidade de ensino, baseada numa nova forma de ensino para abranger “à interculturalidade, ao multilinguismo e à etnicidade” (REFERENCIAL CURRICULAR/MS, 2012, pp.32-33)

A educação, para os povos indígenas não se realiza em uma única instituição, mas pela ação e pelo envolvimento de toda comunidade. Ocorre em tempos e espaços cotidianos, por meio de pedagogias próprias e diversas, que garantem tanto a reprodução quanto a recriação da identidade, da tradição, dos valores, dos padrões de comportamento e de relacionamento, na dinâmica própria de cada cultura. Contrariando essa lógica, a escola se impõe na realidade indígena como um grande desafio (CIMI, 2001, p.182).

A educação escolar indígena, teoricamente, encontra-se organizada em grupo, primeiro: currículo indígena, professor indígena, língua e saberes indígenas e o segundo: educação e disciplinas escolares, sistemas de ensino, conteúdos, etc. Pressupondo fundamental na questão de produção de conhecimento, socialização entre as identidades étnicas, buscando romper os paradigmas culturais, sendo construído outro significado em relação ao povo indígena na sociedade atual. “É na cultura que se dá a luta pela significação, na qual os grupos subordinados tentam resistir à imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos dominantes” (VORRABER COSTA, 2002, p.138).

Considerando os Parâmetros Curriculares utilizados como linguagem para representação das diversas expressões culturais e sociais, que no caso das matrizes indígenas, a função da cultura é importantíssima na constituição de saberes que se materializam através de representações construídas no contexto interativo e coletivo. Desse modo demonstrando que há certo interesse em unificar a prática social e cultural por meio da educação.

#### 4.6. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA LINGUAGEM

A concepção de linguagem pode ser uma forma de interação, dentre outros conceitos que lhe são atribuídos, por exemplo, no caso em que serve como instrumento de interação entre o lugar social e a pessoa humana. Enquanto o sistema educacional apresenta uma outra

concepção sobre a linguagem, aponta-a como um lugar decisivo na constituição das relações sociais.

O papel da linguagem na educação é indispensável, no processo que envolve a linguística textual nas competências apresentada pela gramática, semântica e pragmática, como forma de compreensão das transformações no contexto histórico social. Pela sua interferência na organização da língua para analisar as mudanças no social, torna-se objeto de estudo.

Os grupos representados pela sociedade, há diferentes formas de interpretada e como ocorre essa ação a partir de uma finalidade, seja coletivamente ou individualmente. As expressões linguísticas que nos cercam (verbal - fala e não verbal - imagens, sinais, sons e etc.), e se reproduzem de modo circular na relação social.

Na concepção antropológica a linguagem faz intermediação do entendimento do seu objeto de estudo e sua importância nas diferentes formas de investigações (códigos linguísticos, manifestações culturais e etc.), para conhecimento e compreensão da identidade humana. Assim, ampliando as possibilidades de entender a construção de sentido nas múltiplas formas de representação.

Desta maneira, é preciso percebendo que nos ditos populares em relação ao indígena são reproduzidos a cada época, tornando visível a resistência social em reconhecê-lo como sujeito historicamente contribuinte nos aspectos de desenvolvimento social. Por isso, torna-se pertinente apoiar na abordagem que Guimarães (2005, p. 11) enfatiza dos quatro elementos cruciais para definir o “acontecimento de linguagem”: a língua, o sujeito, a temporalidade e o real. Compreendo como estes sentidos vão sendo determinantes no contexto histórico pela língua, com interferência destes elementos. Essas questões serão detalhadas adiante.

MELHORAR

#### 4.7. A RENOMEAÇÃO DA POPULAÇÃO NATIVA DA AMÉRICA

A palavra “indian” ou “índio”, era aplicada na Europa durante a Idade Média designava não apenas aos habitantes da região hoje conhecida como Índia, mas também a todas as regiões mais distantes do desconhecido Extremo Oriente, pelos colonizadores, que denominou durante muito tempo América de Índias Ocidentais. Essa denominação, além de

refletir a visão do colonizador, generaliza e uniformiza grupos nacionais diferentes, apagando as especificidades de cada nação.

O termo dado pelos europeus, aos povos encontrados no Brasil foi uma denominação genérica, provocada pela primeira impressão que eles tiveram de haverem chegado às Índias. Nesse processo dentro de uma perspectiva de relação do acontecimento se entrelaçando pelo memorável histórico, ocorre a nomeação da palavra “índio” no funcionamento semântico, na relação tomada pela história e sua temporalidade. Nesse sentido, “não é o sujeito que temporaliza é o acontecimento”, na construção de sentido no contexto histórico tomado pelo acontecimento (GUIMARÃES, 2005, p. 12), na relação de integração que é constituída na enunciação, acontecimento de linguagem, é significado o modo de presença do falante/locutor nos elementos linguísticos dos enunciados.

A mudança de um nome diz respeito a uma mudança de posição enunciativa, e de tal modo que se vê que mudar a posição enunciativa que nomeia é constituir um outro objeto. Exemplo: nativos, primitivo, selvagem, canibal e indígena. Os dados em momentos diferentes, por razões diferentes. São nomeações distintas que constroem relações novas, sujeito-que-nomeia/objeto-nomeado. Objeto que significa em virtude de ser. E mais, a memória destas enunciações reconfigura a designação pelo que delas rememora, projetando outros sentidos como futuro destes acontecimentos que nomeiam e renomeiam. Portanto, as discussões sobre a transformação e organização social do Brasil, associado o enunciado em relação ao locutor-sujeito e os interesses de uma sociedade mediante a ideologia.

#### 4.8. DEMOGRAFIA POPULACIONAL INDÍGENA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-(IBGE) é um órgão público e que representa o “Estado” pelos dados das características específicas do cotidiano do território geral do Brasil. E que são usadas como orientação, conhecimento e até mesmo para criação de políticas públicas.

Nas informações abaixo se tratam a relação da linguagem com o sujeito e o mundo, apresentado quantitativamente o número de indígena no curso de graduação e onde estão localizados demograficamente pela distribuição da zona rural ou urbana.

O crescimento demográfico urbano iniciou-se no século XV, ainda na Idade Média pela Revolução Industrial na transição do sistema de feudalismo para capitalismo. Nessa decorrência temos a distribuição de espaço físico e historicamente constituído por uma língua.

O Estado do Mato Grosso do Sul correspondendo a segunda maior população indígena do Brasil. E mesmo com os avanços legais no que diz a respeito à questão indígena, na conjuntura da Constituição Federal 1988, causa entrave para compreender sobre o processo da construção de sentido a respeito da capacidade cognitiva, psicológica e física.

A tabela abaixo representa a distribuição da população indígena no território brasileiro, assim o enunciado pode ser observado, traz significações importantes a partir do enunciado representado pelo tempo presente no acontecimento. Os dados abaixo informativos da tabela realizada pelo Estado, enquanto instituição, cujo objetivo é identificar em que espaço territorial está ocupado pelos indígenas no país.

*Tabela 1. Territórios ocupados por índios*

| <b>Cidade da Federação</b> | <b>Zona rural</b> | <b>Zona urbana</b> | <b>Total</b>   |
|----------------------------|-------------------|--------------------|----------------|
| <b>Brasil</b>              | <b>502.783</b>    | <b>315.180</b>     | <b>817.965</b> |
| <b>Mato Grosso do Sul</b>  | <b>58.838</b>     | <b>14.457</b>      | <b>73.95</b>   |

*Fonte: A estimativa é do censo demográfico de 2010, atualizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).*

Conforme a tabela há uma divisão territorial dentro do lugar, país e o estado, do espaço urbano e rural e de um paralelo representado por uma parcela de indígena brasileira habitando a zona rural.

O INEP/MEC (BRASIL, 2010), apresentou há 2.422 escolas funcionando em terras indígenas e mais de 174 mil estudantes. Conforme a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), cerca de 2,5 mil índios estão matriculados no ensino superior distribuídos nas universidades de todo o Brasil. Diante dos fatos apresentados percebe-se o incentivo político para finalidade com diversos sentidos.

Sendo um desafio entender a cultura como processo de experiências vividas por toda comunidade indígena, percebendo o sentido construindo o quanto as diferentes culturas são dinâmicas e estão em contínuo processo de transformação que contribuem na construção do sujeito cidadão. Remete-nos a refletir minuciosamente na sua significação e na construção deste sujeito no contexto sócio-histórico.

Em toda sociedade, a produção discurso é, ao mesmo tempo, controlada, organizada e redistribuídas por certo número de procedimentos que têm por objetivo conjurar-lhe os

poderes e os perigos, dominar-lhes os acontecimentos aleatórios, esquivar-lhes o peso, a temível materialidade (FOUCAULT, 1971, p.14).

Qualquer grupo social elabora e ser constitui do próprio universo discursivo podemos enfatizar os pontos em destaques: a historicidade da linguagem, o sujeito e suas interações verbais e sociais.

As interações acontecem dentro do contexto social e histórico, assim vão se ampliando e estabelecendo limites e controle dos discursos do sujeito, onde são podados na produção pelos aparelhos de repressão. É no acontecimento que são localizadas referências essenciais a produção da linguagem, dos sujeitos no contexto discursivo.

Toda trajetória das comunidades, durante toda construção ideológica pelo discurso, embora, a educação é uma forma de interação nos grupos sociais, as múltiplas formas de vida e de experiências em que o sujeito adapta as suas necessidades de sobrevivências pelas condições de trabalho.

#### 4.9. O ÍNDIO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Conforme dados do IBGE, o Estado do Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do Brasil com aproximadamente 73 mil, com as etnias: Terena, Gurani-Nhandeva, Guarani-Kaiwá, Guató, Kadwéu, Ofaié e Kinikinawa. E tem o maior número de indígena com formação superior no país foi favorecido pela licenciatura intercultural. Mesmo com os avanços legais no que diz respeito às questões indígenas, na conjuntura da Constituição Brasileira, ainda precisa ser revisto em vários campos, principalmente no campo da educação que é um instrumento fundamental para a construção da democracia.

Sendo a educação requisito principal para a intermediação social, segundo Brandão “ninguém escapa da educação” (2007, p.7), seja em casa, na rua, na comunidade, na escola, no sindicato, no trabalho, na lanchonete etc. A interação se constitui pela linguagem interpelada pela ideologia.

Em um sentido abrangente que atinge todos através dos *aparelhos ideológicos* (ALTHUSSER, 1983), a sociedade vai se constituindo pelo processo educativo e de relação

do sujeito com o outro, na necessidade de sua existência, produção e reprodução. E pelo enunciado que percebe o movimento dessa materialidade.

Embora, a educação ocorra na interação social, não demonstra uma única forma, até mesmo porque a diversidade de experiências, cultura e realidade entre os sujeitos se multiplicam. Mas, a persuasão interfere, ocorrendo de acordo com a necessidade e a condição de reprodução é diferente.

A participação da população indígena nos cursos de graduação, abre espaço para reformulação de quebra dos paradigmas, na ruptura da sociedade. Favorecendo, pelos avanços, a construção de sentidos de uma sociedade igualitária e multicultural.

## **CAPÍTULO DAS ANÁLISES**

## 5. A SIGNIFICAÇÃO DE EDUCAÇÃO

Vamos analisar sentido da palavra apontado nos enunciados, observando como é possível se constituir no espaço social. Dessa maneira temos as seguintes descrições e análises:

### 5. 1. A DESIGNAÇÃO DA PALAVRA ‘EDUCAÇÃO’

Analisar a designação da palavra “**educação**” observando as palavras que as reescrevem, redizendo outros significados, nessa relação entre a palavra e a produção de sentido, ocorre pela reescrituração. Assim considerando que o sentido é construindo no processo linguístico e constituído no acontecimento enunciativo integrando ao enunciado a materialidade histórica e social.

Pensando a definição da palavra educação pelo funcionamento gramatical teremos como resultado “processo para o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano” (HOUAISS, 2004), mas o nosso intuito aqui é refletir sua significação relacionada ao domínio enunciativo, compreendendo que o funcionamento produz diferentes sentidos. Veja nos enunciados:

- E. 1. **Poderia ser otimizada**, e ter um **enfoque maior**, digo em relação **aos olhos do governo**. (E. Q.10)
- E. 2 **Boa**, e acho que ainda **precisa melhorar mais**. (E. 2 Q.10)
- E. 3. **Boa** (E. 3 Q.6)
- E. 4. Pelo o que eu vivenciei achei **um pouco precário**. (E. 4 Q.10)
- E. 5. **Regular**. (E. 5 Q.10)

No enunciado (E. 1.) a expressão **poderia ser otimizada**, aponta a questão de temos uma educação que não é boa, de algo que esta faltando e requer **enfoque maior** por parte dos governantes. Estes direcionamentos marcam QUE à educação brasileira para o indígena precisa de uma política governamental atuante e que **aos olhos do governo** todos tenham os mesmos direitos.

No (E. 2) aparece conectado com o mesmo raciocínio do (E. 1), de uma oposição em primeiro qualifica a educação brasileira de **boa** e em seguida faz relação negativa da prestação do serviço público **ainda precisa melhorar**, ou seja, indica um benefício que não é bom. Temos o advérbio de tempo “ainda” marcando o atraso na execução deste serviço. Pode-se

perceber nesse enunciado que os sentidos se organizam articulados de forma segmentar, atribuindo a segunda oração à função de completar o sentido anterior.

Já no (E. 3) ao enunciar que a educação brasileira para o indígena é **Boa**, esta afirmação como uma resposta já pronta, assim surgindo outras interpretações como algo bem regular, uma forma de não dizer que é ruim, de se abster para evitar um futuro confronto sendo uma maneira de silenciar-se, sem apresentar claramente a significação produzida pelo enunciado. Conforme Orlandi,

“o silêncio fundador não recorta: ele significa em si. E é ele, afinal, que determina a política do silêncio: é porque significa em si que o ‘não-dizer’ faz sentido e faz sentido determinado. É o silêncio fundador, portanto, que sustenta o princípio de que a linguagem é política” (1990, p. 51).

Diante das determinações do silêncio, sustentando diferentes possibilidades que devem ser levadas em consideração a partir dos termos adjetivos que surgiram a partir da enunciação “Boa”, instalando-se como uma contradição funcionando de forma negativa e ao mesmo tempo afirmando de fato que a educação é boa.

Nestas maneiras de silenciamento, podemos perceber que não estão especificamente relacionadas ao “sujeito” enunciator, mas a um comportamento expressado e pensado no coletivo. O interessante é que ao observarmos todos os enunciados desta análise, nota-se que as enunciações apresentam em bloco, ou seja, subtendendo que os enunciadores se organizaram em bloco para responder ao enunciado direcionando ao mesmo sentido, e que ao negar a realidade social brasileira, já elaborar uma possibilidade de não prejudicar o outro justificando a enunciação anterior.

Veja que ao parafrasearmos os enunciados acima para melhor entendimento, percebe-se com mais clareza a ampliação dos significados sustentados por uma linguagem hierarquizada determinante.

Observe.

E. 1. “**Poderia ser otimizada**, e ter um enfoque maior, digo em relação **aos olhos do governo**”.

1. (E. 1) A educação brasileira direcionada ao indígena é boa.



Observando nos recortes dos enunciados (E. 1.) “otimizada”, (E. 2.) “precisa melhorar”, (E. 4.) “precário” e (E. 5.) “regular”, percebe-se que o sentido que esta sendo produzindo e o que quer dizer dado outra significação de educação brasileira para o indígena. instaurando o sentido político que “se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos” (GUIMARÃES, 2002, p. 17). Ou seja, uma forma de requer da sociedade do não-indígena compreensão do direito constituinte, assim as significações aparecem sendo reescrituradas redizendo o que já foi dito com diversos sentidos e outras formulações para as enunciações acima.

Durante todas as enunciações, percebem-se os aspectos negativos produzido pelos enunciados dando funcionamento atribuindo a palavra **educação** de ser de qualidade, da velada à qualidade da educação, que precisa ser melhorada e que não atende adequadamente aos indígenas. Este apanhando ocorre de forma coletiva nos enunciados nos possibilita refletirmos diante da sociedade brasileira em propor como princípio a igualdade nos direitos e na qualidade dos serviços públicos ofertados, sendo por essa razão que dividi a sociedade.

Em concordância na relação dos sentidos constituídos pelos enunciados daremos sequência a análise da palavra “**ensino**” apresentada pelos dizeres enunciativos estabelecendo relação com a palavra “**educação**” que também aparece nos enunciados.

## 5.2. A SIGNIFICAÇÃO DE ENSINO

Para a compreensão enunciativa faz-se necessário analisar a significação da palavra em relação com outros elementos linguísticos que compõem o enunciado. Assim, observaremos através da enunciação de que maneira o indígena defini e considera o “ensino brasileiro”, analisando como a palavra aparece articulada na construção de sentidos direcionando a questão política e social estabelecida pelo Estado, propondo pensar nessas significações através do “funcionamento da linguagem” (GUIMARÃES, 2012, p. 30).

### 5.2.1. A designação da palavra ensino

Vamos observar a relação na enunciação e o contexto social.

E. 1. **Ensino**, é algo que fica **enraizado no cidadão**, se dá de diferentes formas, desde verbal a não verbal. A sociedade brasileira, assim como o **ensino** precisa se **reinventar**. (E. 1 Q.28)

- E. 2. Repassar um **conhecimento** p/ outras pessoas. De boa qualidade. (E. 2 Q.28)
- E. 3. **Ensino é conhecer**, considero boa. (E. 3 Q.28)
- E. 4. Para mim e a **expansão do conhecimento**, acho bem **abaixo da média**. (E. 4 Q.28)

Nas enunciações acima se organizam estabelecendo relação como à palavra **ensino** e as diferentes possibilidades na construção de sentido as quais devem ser levadas em consideração. Assim temos o enunciador afirmando que “A sociedade brasileira, assim como o **ensino** precisa se **reinventar**” (E. 1.), apontando a um fator que influencia o sujeito e que necessita de reformas para as modifica as políticas afirmativas, tendo como resultado melhoria na qualidade do ensino no Brasil. Estas significações se apresentam coordenadas estruturalmente com o que está sendo dito e ao se referir a importância de mudança na “**sociedade brasileira**”.

Assim, através do processo de reescrituração construído no enunciado são apresentadas diferentes consonância para reflexões das expressões a respeito da sociedade e do ensino como precisa mudar, tornar-se melhor, não é boa, o ensino precisa ser reinventado, o ensino não é bom dentre outros.

Estas consonâncias aparecem dando diferentes possibilidades interpretativa ao parafrasearmos o enunciado (E. 1.). Veja:

1. (E. 1) O ensino é para o cidadão.
1. (E. 1a) O ensino nasce no cidadão.
1. (E. 1b) O ensino ocorre na linguagem.
1. (E. 1c) A sociedade brasileira precisa ser refeita.
1. (E. 1d) O ensino brasileiro precisa ser refeito.

Já nos enunciados (E. 2 e E.3) temos o sentido produzindo de ambos se articulando no mesmo direcionamento que o adjetivo, em que estão caracterizando que o ensino brasileiro ofertado para o indígena é de boa qualidade. Assim, temos as seguintes paráfrases:

2. (E. 2) O ensino brasileiro é “de boa qualidade”.

3. (E. 3) Ensino é conhecimento.

3. (E. 3a) O ensino brasileiro é bom.

Observando o enunciado abaixo o sentido apresentado como uma definição sobre o ensino e na sequência classifica-o bem **abaixo da média**. Veja:

E. 4. “Para mim e a **expansão do conhecimento**, acho bem **abaixo da média**”.

Nessa sequência, podendo ser parafraseada da seguinte forma:

4. (E. 4a) O ensino é a “expansão do conhecimento”.

4. (E. 4b) O ensino brasileiro é de baixa qualidade.

Neste enunciado temos a relação de sentido com o adjetivo qualificando como bom o ensino e, por outro lado, a incidência de ruim, essa expressão **abaixo da média**, indicando há uma abertura para diferentes discussões a respeito dos resultados da avaliação de ensino, uma vez o ensino brasileiro anualmente por processo de avaliação a nível nacional, e conforme dados divulgados pelo MEC, vem de encontro com o sentido apresentado no enunciado. Assim produzindo sentido de que a política social precisa reverter esse quadro.

Apesar de temos diferentes enunciadores, as marcas de sentido produzindo pela enunciação direciona uma posição do dizer, a respeito do ensino, considerado como uma forma de adquirir conhecimento, e adiante o predica com adjetivos, organizados automaticamente numa sequência decrescente indicando que é ruim e precisa ser reformado.

Diante dessas possibilidades podemos analisar a designação da palavra em relação a outros significados nas reescrituras. Na contextualização enunciativa de articulação é essencial apresentar a forma como os novos sentidos, considerado sendo que a produção dos sentidos ocorre por uma “relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2002, p. 09). Em síntese teremos as seguintes percepções do que foi dito nas paráfrases como uma reescritura dos enunciados apresentados, funcionando determinando pela caracterização da palavra ensino. Veja:

|        |  |                 |
|--------|--|-----------------|
| ensino |  | ruim            |
| ensino |  | bom             |
| ensino |  | abaixo da média |

Estas determinações dando sentido de que o ensino precisa ser reformado e transformado em algo bom, o bom considerado razoável e abaixo da média. Nestes recortes será analisado o funcionamento da palavra considerando a reescrituração elencando o ensino como uma maneira para ampliação de conhecimento, mas está ruim. Neste recorte o **abaixo da media** afeta conseqüentemente o desenvolvimento cognitivo.

Entretanto, pretende-se trazer reflexões sobre as análises, levando em consideração que a interpretação é vista com diferentes possibilidades de construção de sentidos de acordo com cada enunciador. Interessante observar que em todas as enunciações se apresentam em forma de blocos com demonstrando o resultado fracionário contribuindo na produção do mesmo sentido em consonância da negação do direito legalmente constituinte advindos do não-indígena, os quais precisam ser cumpridos.

### 5.3. A SIGNIFICAÇÃO DE DEMOCRACIA

Essa análise propõe uma reflexão sobre o sentido da palavra “democracia” a partir da posição como os enunciados abaixo estão sendo representados pela enunciação em torno da reescrituração que constitui sua significação. De acordo com Guimarães (2002), esta relação ocorre pelo agenciamento enunciativo do acontecimento, em que a expressão se constitui no contexto sócio histórico.

Sendo que o nosso objetivo não é analisar as mudanças sociais, mas observamos a circulação da palavra democracia no funcionamento semântico e de que maneira essa expressão linguística produz diferentes sentidos.

#### 5.3.1. A designação da palavra democracia

Observando a palavra **democracia** que traz na expressão de “soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei”<sup>8</sup>, com efeito da questão social e constitucional, com intuito de retomar no acontecimento pela legalidade da criação do Dia da Democracia<sup>9</sup>, em decorrência da morte do jornalista Vladimir Herzog em 1975, após ser torturado e assinado regime militar no Brasil.

---

<sup>8</sup> Artigo 14 da Lei da Democracia Direta nº 9.709/1998.

<sup>9</sup> Visitado em 03/06/2018. <https://educacao.uol.com.br/datas-comemorativas>.

### 5.3.2. A legalidade do direito

A parti dos enunciados abaixo percebendo como as palavras **ensino** e **democracia** se articulam, estabelecendo relação na construção de novos sentidos apontando questões sociais diante da constitucionalidade da lei. As possibilidades direcionam a uma determinação entre as palavras, ou seja, democracia é a lei que determina o sistema de ensino brasileiro. Assim temos:

- E. 1. “**Em partes sim**, quando **há vagas direcionadas** para esse público. **Porém** muitas **instituições precisam** ainda **aderi**”. (E. 2; Q11)
- E. 2. “**De certa forma...não existe muita diferenciação** em relação ao do restante das pessoas”. (E.1; Q12)
- E. 3. **Na UEMS** encontro muito **apoio** para quem é **indígena**, tem o **cuidado** e **enfoque** nesse povo. (E. 1 Q. 25)
- E. 4. **Não**. Poderia e deveria da enfoque e ... os vários tipos de cultura, negros, indígena, más somos um só povo brasileiro, e em pleno século XXI a sociedade ainda não vê isso. (E. 1. Q.38)
- E. 5. Eu acho que **não**, pq sempre contem varias informações vagas. (E. 4 Q.38)
- E. 6. **Na teoria sim, na prática não**, pois o ensino é maravilhoso na teoria, na prática não funciona muito. (E. 5 Q.38)

O enunciador faz um destaque interessante mesmo indiretamente ao enunciar **em partes sim**, assim pode se perceber que há uma contradição com intuito de minimizar o impacto da realidade social, ou seja, não tem como fracionar o sentido. Adiante, no recorte **quando há vagas direcionadas**, percebemos o espaço social dividido pelos sujeitos, considerando que os critérios para a contemplação das vagas ofertadas são constituídos pelo discurso de poder. Já em **para esse público**, enunciador se desloca do espaço de enunciação inconscientemente marcando a individualidade ou ocultação cultural. O uso da conjunção adversativa **porém** aparece articulando o sentido anterior e posterior pela reescrituração, o enunciador assume a posição de afirmar que as **instituições precisam aderi** (*sic*). Observamos então a falta da legalidade predicando a democracia; e a falta da política governamental marcando a divisão do espaço da enunciação pela diversidade cultural. Considerando o enunciado como um elemento de sentido podemos identificar nas paráfrases seguintes:

---

1. (E.1) “**Em partes sim**, quando **há vagas direcionadas** para esse público. **Porém** muitas **instituições precisam** ainda **aderir**”.

1. Não existe democracia em relação ao indígena.

1a. A democracia para o indígena é representada pela Lei das Cotas.

1b. A Lei das Cotas é para contemplar o indígena no ensino.

1c. A democracia para o indígena só existe a partir da legalidade.

1d. As instituições brasileiras de ensino não são democráticas.

Temos articulando a constituição do sentido entre a sociedade (a instituição escolar) e do outro o Estado, marcado ideologicamente pela relação de poder, que determina o direito do excluído. Dessa maneira, o dito da “**Lei de Cota**” se constitui nesses espaços ideológicos reproduzido na linguagem como reescrituração de substituição da palavra democracia. Observando o funcionamento das palavras no acontecimento enunciativo posicionando por uma determinação. Observe breve apresentação do contexto acima pelo Domínio Semântico de Determinação. Veja:

|                     |
|---------------------|
| ensino — democracia |
|---------------------|

No recorte (E. 2) é apresentada uma parcialidade **de certa forma** ao se referir a democracia e em relação social as diversidades étnicas **não existe muita diferenciação**, esta parcialidade na afirmação e negação, o enunciador remete a constituição de sentido da igualdade nas políticas sociais nos espaços brasileiros. Observando esse funcionamento da língua nas relações de linguagem, nesta divisão propõe o modo “de pensar historicamente à política de línguas no espaço brasileiro” (GUIMARÃES, 2003, p. 49), diante das paráfrases em relação da constituição de sentido temos:

E. 2 “**De certa forma**...não existe **muita diferenciação** em relação ao do restante das pessoas”.

1. (E. 2a) O ensino brasileiro não é democrático.

2. (E. 2b) Existe diferença do ensino para o indígena e para o “não indígena”

3. (E. 2c) O ensino brasileiro não é direcionado para atender a população indígena.

Vê-se a vicissitude em que a palavra “democracia” está presente na linguagem pelas práticas sociais, podendo modificar ou transformar sua significação pela sua importância no discurso social e político. Na relação de poder cria-se leis para atender a necessidade e a desigualdade ocasionada pela falta do seu exercício. Como exemplo temos a Lei de Cotas, cujo objetivo é contemplar os diferentes grupos sociais. Assim, articulando com a construção de novos sentidos, teremos as seguintes formas reescrituração da desigualdade social, na Lei das Cotas.

Grupo 1: cursou o ensino médio em escola pública  
Grupo 2: famílias com baixa renda  
Grupo 3: pretos, pardos e **indígenas** e pessoas com deficiência

} autodeclarados

Nessa articulação Lei de Cotas se opõe à democracia, apontando que o indígena está se significando como os autodeclarados, representado por um grupo social de acordo com o sistema brasileiro, que por não ser democrático precisa de uma Lei para atender aos socialmente excluídos. Tornando-o limitado, por critérios, ao ingresso na universidade, essas evidências apresentam uma determinação nas relações entre “indígena”, “ensino” e “democracia”. Podemos observar as determinações:



Desse modo, o acontecimento é representado pela criação da lei de Cotas, com intuito de afirmar que o ensino para o indígena no Brasil é democrático, porém evidencia a não existência da democracia em relação ao ensino que exclui alguns grupos, entre eles os indígenas, sendo necessário a criação de uma Lei. Assim, teremos a determinação de ensino pela Lei de Cotas sendo estabelecida como uma forma de amenizar a exclusão e afirmar a existência da democracia.

Temos a democracia que determina a constitucionalidade na aplicação da lei, determinando o funcionamento da língua pela produção de sentido dentro dos espaços de enunciação. Esta determinação aponta a divisão da sociedade, fazendo-nos refletir como as condições de funcionamento da linguagem ocorrem nesses espaços, sendo que esta “distribuição não é de igualdade” (GUIMARÃES, 2003, p.50) podemos considerar os enunciados funcionando como um enunciador genérico (E. 1) “há vagas direcionadas para esse público” e em (E. 2) “não existe muita diferenciação em relação ao do restante das pessoas”, contemplando os mesmos sentidos ao considerar que o ensino brasileiro NÃO é democrático, uma vez que faz distinção entre as pessoas, os grupos sociais. Nestes casos, democracia apresenta por predicada **vagas direcionadas** e **diferença**, tendo relação de sentido construído na enunciação.

Observe como o sentido se articula nesse enunciado (E. 3.) “**Na UEMS encontro muito apoio para quem é indígena, tem o cuidado e enfoque nesse povo**”, tratando de democracia de forma singular e relação generalizada.

Assim precisamos compreender na designação como a significação da palavra é exposta ao real, “tomada na historia” (GUIMARÃES, 2002, p. 09), pela enunciação retomando o que já foi dito, atribuindo novos sentidos. Embora o enunciador apresenta-se como universal, posicionando a afirmar uma segregação articulada pela desigualdade social em relação ao indígena. Observe.

1. (E. 3.) Na UEMS há apoio para os indígenas.

1a. (E. 3.) Na UEMS tem o cuidado e enfoque com o indígena.

Ao parafrasear os enunciados em (E. 4) e (E. 5) abaixo, teremos:

E. 4. Não. Poderia e deveria dar enfoque e ... os vários tipos de cultura, negros, indígena, más somos um só povo brasileiro, e em pleno século XXI a sociedade ainda não vê isso.

1. (E. 4a) O ensino brasileiro não é democrático e não funciona.

2. (E. 4b) O ensino brasileiro não é democrático, ele exclui a diversidade cultural.

E. 5. “Eu acho que não, pq sempre contem varias informações vagas”.

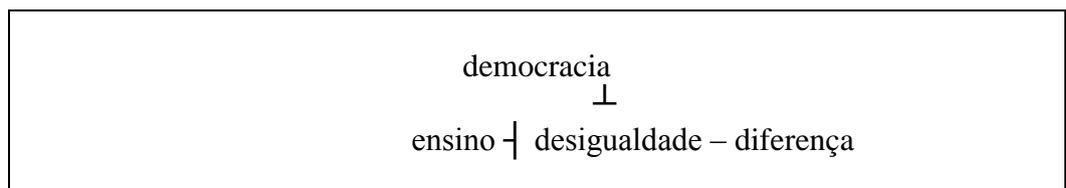
3. (E. 5a) O ensino brasileiro não é democrático.

E. 6. Na teoria sim, na prática não, pois o ensino é maravilhoso na teoria, na prática não funciona muito. (E. 5 Q.38)

6. (E. 6a) O ensino brasileiro só funciona na teoria.

Analisando (E. 4; E.5; E. 6) que podem ser compreendidos por uma relação do sentido apontando que a democracia não está funcionando no ensino brasileiro para o indígena, podendo ser substituída por diferenças e desigualdade.

Desse modo, teríamos o seguinte DSD:



Conforme apresentada a significação a partir das relações de uma palavra com as outras funcionando por meio de uma determinação, apresentando a construção de sentido baseando pela conjuntura sócio-histórica na enunciação. Nessa determinação a palavra **democracia** significando como uma maneira de estabilidade social, ao se referir o direito de igualdade constitucional pelas **vagas direcionadas**, sendo construída no acontecimento e apresentando a **diferença** social, contribui para a possibilidade de novas enunciações.

Durante esta análise baseada em diferentes enunciados, mas com muitas controversas de parcialidade no dito e na produção de sentido, sendo que o sentido é construído pela relação de uma palavra com as outras nessas especificamente as significações seguem ao mesmo direcionamento de funcionamento da desigualdade social determinada por uma disputa política de classe, a qual separa-o sujeito por grupo.

#### 5.4. A SIGNIFICAÇÃO DE PRECONCEITO

Para a constituição de nosso corpus analítico apoiamos-nos em questionários com trinta e oito perguntas<sup>10</sup> e posteriormente fizemos a seleção dos enunciados pertinentes à pesquisa, a partir daí analisamos a palavra pelo “fato semântico de que as coisas são referidas enquanto significadas e não enquanto simplesmente existentes” (GUIMARÃES, 2005, p. 10), mas pela ampla representação na ordem da contextualização interpretativa.

Os enunciados são recortes coletados no questionário respondido por acadêmicos indígenas no espaço universitário (UEMS/CG), que serão analisados sob a perspectiva do semanticista Guimarães, que enfoca como ponto central dos seus estudos o sentido da “palavra”, buscando entender seu funcionamento circulando nos espaços políticos e sociais.

Apresentamos, a partir dos enunciados, os recortes para análise e que trazem conceito a respeito do sentido da expressão. Assim temos recortes em destaques:

#### 5.4.1. *A designação da palavra ‘preconceito’*

E. <sup>11</sup>1. “Um **conceito pré-formado, primitivo** ou **ultrapassado** a respeito de algo”. ( 2) (E. 1 Q. 19)<sup>12</sup>

E. 3. “**Julgar** antes de conhecer”. (E. 2; Q. 2)

“Pra mim e **discriminação, falta de respeito**”. (E. 4; Q. 2)

E. 4. “É um conceito pré-estabelecido em relação a um determinado **assunto desconhecido**”. (E. 5; Q.2)

Nos recortes do (E1) “**pré-formado**”, “**primitivo**” fazendo leitura com a significação de acordo com o senso comum, refere-se o estado de ser o primeiro ou de coisa bruta, enquanto “**ultrapassado**” aquele que não se usa mais perdendo sua utilidade, mas em uma determinada época servia. Mas com tempo foi substituída por outra com o mesmo sentido. Nestes enunciados os significados das palavras se completam em relação ao sentido de algo do passado fora da realidade contemporânea, trazendo-nos algumas reflexões e indagações contraditórias, uma vez que esta ação é considerada legalmente como crime, tendo punição e até detenção.

Um fator importante que devemos considerar no DSD é questão da posição que defini a palavra em determinar sobre indígena um juízo de valor difundido conforme o modelo das autoridades europeias como forma de submeter o indígena as adequações novas

---

<sup>10</sup> Encontra-se no apêndice.

<sup>11</sup> Esse “E” refere-se à numeração dos Enunciados em cada recorte.

<sup>12</sup> Esse “E” refere-se ao Entrevistado; e o “Q” refere-se à Questão respondida no questionário.

condições sociais. Nos enunciados acima apresentam a reescritura de conceito a respeito do sentido da expressão. Assim temos recortes em destaques:

O recorte (E.2) a questão principal não é “**julgar**”, mas o desconhecimento que produz um falso julgamento o qual pode ser considerado como uma relação política de poder e de maneira geral como um juízo crítico de uma interpretação negativa na enunciação. Observado a conjugação dos verbos no radical, pode ser compreendido como marcas trazidas no sentido de um silenciamento social ao tentarmos identificarmos quem fala.

Não usar o pronome de tratamento senhor ou senhora para se referir as pessoas mais velhas era uma ofensa, atualmente essa expressão foi automaticamente revertida, ao modo em que as mudanças sociais ocorrem à palavra vai sendo substituída por outra. Neste caso dependendo da interpretação o simples o fato de usar os pronomes de tratamento pode deixar a pessoa constrangida ou ofendida, estabelecendo progressivamente a relação de sentido do acontecimento.

E “**discriminação**” o enunciado coexistente considerada uma leitura de algo que já tem um pré-conceito formado, intercalando a separação do que é o diferente, essa produção discursiva constituída pelo inconsciente e pela repetição com possibilidade de interpretação numa posição enunciativa social, político e ideológica ao tratar o indígena numa relação de poder quando o separa, confrontando a falta de reflexão dessa a posição social de exclusão.

Em “**falta de respeito**” (E. 4), possível constatar a expressão caráter relativamente cultural de uma determinada época pela questão da transgressão de valor.

Não usar o pronome de tratamento senhor ou senhora para se referir as pessoas mais velhas era uma ofensa, atualmente essa expressão foi automaticamente revertida, ao modo em que as mudanças sociais ocorrem à palavra vai sendo substituída por outra. Neste caso dependendo da interpretação o simples o fato de usar os pronomes de tratamento pode deixar a pessoa constrangida ou ofendida, estabelecendo progressivamente a relação de sentido do acontecimento.

No enunciado “**assunto desconhecido**”, quando o sujeito usa esta expressão a interpretação pode ser referente a algo não presente na sociedade, bem distante ou fora da realidade contemporânea, circulando um desvio automático da significação do que isso representa nas práticas sociais a respeito da falta de reflexão é um trabalho de questionar



A análise apresentada nota a construção social do indígena ocupando lugar de inferioridade, determinada pela ordem na posição de poder, sendo reforçado na contextualização de tentar diminuir pela expressão de ser diferente é ter menos valor por representar menos.

Acompanhando a ordem desse funcionamento percebemos nos recortes o confronto de cultura, ocorrido no processo de “Colonização da América” em 1500, com a chegada dos comerciantes extrativista em busca das riquezas brasileiras e posterior os “brancos” portugueses, espanhóis e europeus. Para pontuar nestes enunciados o lugar político social, a temporalidade durante o processo histórico é a constituição do sentido em o inferiorizar. Assim pode ser verificado em (E. 1.) “**depende**”, sendo interpretando como tratando da posição social e política, “meio social” posição social política ideológica política e “**alguns lugares existe**” (E. 2.) “**sempre existe**”. Já na (E. 3) podemos perceber um distanciamento entre o sujeito entrevistado (indígena) e o sujeito indígena com a resposta, percebe-se pelo uso do artigo definido “**o indígena**” e “**cultura diferente**” essa expressão aponta a questão social de valer menos ter menos importância no confronto de culturas, que ocorre nessa relação com não-índio “branco”, analisando no contexto não há relação de confronto do indígena com negro.

O advérbio de intensidade “**muito**”, dando ênfase, usado para reafirma a posição de poder, sendo um fator ligado a história da pessoa e que interfere na compreensão de qual lugar social o sujeito ocupa. Essa opressão que o interpela de não poder falar e o porquê de não falar pela consequência da sanção que terá.

Ao analisar o funcionamento de sentido construído pelo indígena a respeito do ensino brasileiro. Trata-se de perceber a partir da relação social entre o indígena e os enunciados na constituição de significados que vão se reproduzindo pela linguagem. Essa relação entre o sujeito e a língua, é um fator fundamental para o entendimento de enunciação como acontecimento, nesse aspecto o político na linguagem contribui para análise na concepção de enunciado, sendo que “enunciar é uma prática política em um sentido muito preciso” (GUIMARÃES, 2011, p.8) sendo necessário relacionar-se com a história.

Segundo Souza (2003, p. 44) durante o período de escravidão o comportamento reativo em relação às obrigações e a forma de trabalho imposto pela nova ordem era considerado uma afirmação do preconceito pela sociedade capitalista. Ele ainda considera a

diversidade cultural um desajuste que interfere no desenvolvimento social. Assim preconceito racial contribui na perspectiva da negação do seu reconhecimento na sociedade.

#### 5.4.3. *Preconceito do indígena em relação a si mesmo*

A interpretação da linguagem nos enunciados abaixo, revela a relação de poder, verificando pelas marcas de poder e a individualização, que nos levar a questionar a respeito de quem tem menos capacidade ou poder e como foi constituindo esses sentidos. Vejamos.

E. 1. “Posso afirmar quanto a mim que é um orgulho, esta e ser a cultura, prova viva da história... saber de onde vim pelo que meus antepassados sofreram e hoje em chegarmos onde cheguei”. (E 1; Q. 16)

O sujeito acima apontar essa individualidade numa sequência atribuído a suas características de quem tem mais valor como: “**eu** tenho orgulho, mas, **outros** não tem orgulho de sim”, na afirmação e convicção de poder “**quanto a mim**”. As palavras remetem à temporalidade no uso do verbo “**estar**” e as praticas sociais pelo verbo “**ser**”, na posição de “**minha existência**” enquanto indígena decorrente dos conflitos e das lutas de classes ocorridos no enfrentamento por interesse político e econômico que apontam a ainda a “**prova de resistência**”.

Parafraseando o enunciado que segue:

(E. 1a) Os outros indígenas não tem orgulho de sim.

(E. 1b) Os outros não sobreviveram aos sofrimentos.

(E. 1c) Eles não conseguiram chegar a universidade.

Ao enunciar “**saber de onde vim**”, porque não onde nós chegamos, nestes recortes o enunciadador pontua suas conquistas individuais e também faz a separação do outro em “**chegarmos onde cheguei**”, lugar da enunciação denominado universidade. O enunciadador faz marcação da individualização na primeira pessoa constantemente.

O enunciadador faz uma retomada do acontecimento histórico comparando como foi da chegada dos europeus ao território brasileiro, esse período precedendo a imposição do trabalho escravo e a substituição dos costumes e culturas do indígena predominando a cultura do “não-indígena”, apresenta ainda como são fortes estas marca guardadas no seu

inconsciente ao enunciar “**meus antepassados sofreram**” e “**prova viva da história**”. Neste enunciado é composto de informações atingindo vários aspectos sociais e a medida em as palavras vão se estruturando com outra podemos perceber uma materialidade da linguagem pelo seu funcionamento na construção e reprodução dos sentidos nos espaços sociais.

O enunciado se volta na reprodução das práticas sociais em separar a sociedade nos grupos dos incluídos e excluídos, sob efeito de poder que se constitui simultaneamente de conflitos em reconhecimento da formação de identidade, mesmo limitados enquanto ao outro nas praticas sociais. Analisando:

E. 2 “Muitos ainda se prendem achando que são inferiores a população. Esse tabu já não devia mais existir, somos iguais e buscamos justiça para a cada dia sermos vistos de forma igualitária na sociedade”. (E 2; Q. 16)

Ao falar do preconceito em relação a sim mesmo, nos dois enunciados acima do (E.2) há um Enunciador que marca a divisão do lugar individual e coletivo, produzindo sentido de tempo presente. Que pode ser observado da seguinte forma:

E. Individual (E.2a) – Muitos ainda se prendem achando que são inferiores.

E. Coletivo (E 2b) – Esse tabu já não devia mais existir, somos iguais.

E. Coletivo (E 2c) – Buscamos justiça para a cada dia sermos vistos de forma igualitária na sociedade.

O termo “**muitos**” denota uma relação de poder que se estabelece nas expressões “**são inferiores**” indicando um movimento constante, constituindo pelo lugar político de representação inferior aquele que foi vencido. Nas expressões “**buscamos justiça**” diz a ordem da lei em devemos obedecer e “**sermos vistos de forma igualitária na sociedade**” o enunciador se rebela contra os direitos constitucionais que são negados, na medida em que há uma sociedade igualitária, mas nos trata desigual.

É pontuando uma individualização gerúndio “**achando**” marca movimento o outro me fala sistematicamente que sou inferior e nisso acabo assimilando o lugar político de representação que foi vencido. Assim em “**somos iguais**”, é apresentado como forma insistentemente de confrontar o não reconhecimento de sua identidade cultural. O enunciador

buscar fundamental no discurso constitucional “buscamos justiça” como forma de justificar essa postura, uma vez que seus direitos não estão sendo negados ou exercidos.

Pensando no aspecto linguística, as expressões circulam e se na reprodução da prática social pela linguagem, contribuindo na relação de poder entre a posição social, estabelecida no contexto histórico.

Para a formação discursiva sobre “**tabu**” na significação do senso comum é construindo o sentido relacionado à produção do preconceito ao reconhecimento cultural indígena, e ao mesmo tempo posicionando a ordem de quem poder falar e quem não pode falar, essa interpretação organizada a partir da posição social e política do dizer, aponta que o indígena é quem não pode falar.

Ao afirmar que não deveria existir essa expressão é uma questão política, já na constatação que nos inferioriza considerada sendo puramente a questão de ter uma cultura diferente somos menos. A medida em há uma sociedade igual que nos trata de forma diferente porque somos inferiores essa representação discursiva são instrumentos usados como forma de controlar. Nessa perspectiva o indígena é caracterizado pelo poder de negação assimilado a pejorativo, assim a construção de sentido inferiorizando a imagem do indígena é determinada por alguma forma de poder.

#### 5.4.4. *Preconceito social do não-indígena em relação ao indígena*

E. 1. “Não é frequente, mas já presenciei entre pessoas de etnias diferentes. (E 4; Q 16)

E. 2. “Nunca sofri, mas conheço pessoas que sofreram com esse preconceito, mas acredito que sim, que através da convivência as pessoas mudem essas ideias ultrapassadas quanto ao indígena. (1 Q 17)

O enunciador usa a negação para tentar minimizar o impacto social pela sua decorrência e faz uma afirmação “**é**”, logo adiante usa a conjunção de adversidade “**mas**” em relação de silenciamento a prática social, quando diz de “**etnias diferentes**”, cujo sentido de diferente é o que menos importa na ordem desse discurso por não ser uma postura corriqueira. Percebe se apontar a individualização e de poder enunciar que acontece com o outro, ao invés de nós.

Também pode ser compreendido como um deslocamento do lugar em que o sujeito ocupa ao falar e de quem falar. Veja: sujeito oculto (Eu) “**já presenciei**” e “**nunca sofri**”, mas “**peessoas**”. Desse modo os enunciados podem ser interpretados como direcionado ao indígena ou não, existe uma infinita compreensão pelo o uso do sujeito indefinido. Outra questão a ser analisada é na expressão “**convivência**” sendo sinônimo de reverter a realidade da desigualdade social.

Mesmo com a Lei 7.716/1989, considerada crime qualquer atitude de preconceito e discriminação contra o indígena, nota-se nos enunciados reforçam os atos bem presentes no cotidiano da população indígena. De acordo com dados de violência no Brasil a Organização Nacional das Nações Unidas (ONU), divulgou uma nota<sup>13</sup> em que a envia uma carta cobrando providência do Governo brasileiro sobre a impunidade de discriminação e preconceito praticados contra povos indígenas, que vem aumentando.

E. 1. “Não é frequente, mas já presenciei entre pessoas de etnias diferentes. (E 4; Q. 16)

E. 2. “Nunca sofri, mas conheço pessoas que sofreram com esse preconceito, mas acredito que sim, que através da convivência as pessoas mudem essas ideias ultrapassadas quanto ao indígena. (Q. 17)

Nos enunciados abaixo apresenta quem o Enunciador Individual de desloca do seu lugar cultural e fala apontam uma divisão desse espaço da seguinte maneira.

E. Individual – (E. 1.) “Não é frequente”.

E. Genérico – (E. 1a) “já presenciei entre pessoas de etnias diferentes”.

E. Individual – (E. 2.) “Nunca sofri”.

E. Genérico – (E. 2a) “mas conheço pessoas que sofreram com esse preconceito”.

Essa divisão do Locutor ao falar do lugar de Enunciador Individual afirma que “eu” sujeito oculto “presenciei” e “nunca sofri”, enquanto do lugar de Enunciador Genérico, afirmando que “pessoas” “de etnias diferentes” “sofreram com esse preconceito”, sendo indígena ou não. Podemos perceber nos enunciados (1 e 2), que apontam um ocultamento

---

<sup>13</sup> Revista Carta Capital, São Paulo/SP dia 8 de maio de 2017.

cultural inconsciente ou não, e que na maneira em vai produzindo sentido aponta do descumprimento da legalidade constitucional contribuindo para essa desigualdade social

#### 5.4.5. A articulação entre o ensino e o preconceito para o indígena

Assim, nos enunciados a seguir são referentes ao sistema brasileiro de “ensino”, baseando neles para tentarmos compreender como o “indígena” percebe o significado na oferta da educação institucional ao seu grupo social se existiu algum tipo de preconceito. Apresentando em seu discurso a constituição de inferioridade causada pela violência psicológica e cognitiva, apontando um estreitamento em relação à função da escola com o objetivo ou necessidade do indígena, através da enunciação escrita.

E. 1 “Muitas, quando relatam em relação ao ingresso da faculdade. Me afeta em relação a me sentir **menos capacitada** do que os outros”. (E.3; Q. 21)

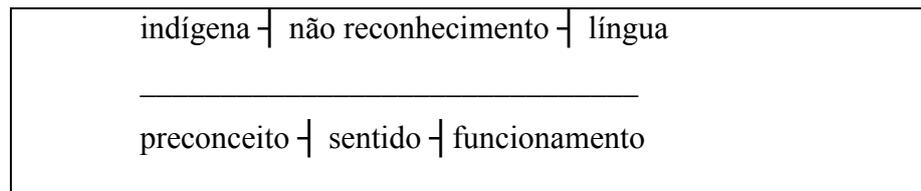
E. 2 “Sim, pois estamos criando vínculo com todos, socializando, trocando ideia, e mostrando que temos uma cultura, mas somos todos iguais”. (E. 3; Q. 17)

E. 3 “Sim, falam que o indígena só entra em um curso superior devido às vagas da **Lei de Cotas**, caso contrário, não teria capacidade”. (E. 2; Q. 18)

Em (E 3) e (E. 2) predomina os sentidos de “**inferioridade**”, os quais dividi pela hierarquia da etnicista de um lado o capacitado e do outro o menos “**capacitado**”, é o indígena que ainda vive na zona rural, das atividades agrícolas e para inserir nas condições de produção capitalista, tem que fazer parte do mundo qualificado para o mercado de trabalho por invés da universidade. No recorte “**Lei de Cotas**” é a auto confirmação da desigualdade social.

Nesses enunciados, há marcas que apontam para o lugar de sujeito excluído, nessa concepção de Guimarães (2011) o acontecimento de linguagem é um acontecimento político, decorrendo pelo funcionamento da língua na relação entre falantes. Assim o sentido de político é díspar do dizer regulamentados das instituições, “constituído pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos. É a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real” (*Idem*, p.17).

Assim temos o DSD:



Conforme o Domínio Semântico de Determinação (DSD), há um arranjo de “antonímia” de um lado o “indígena” determinado pela “língua” (em funcionamento) e do outro a palavra “preconceito” que determina o “sentido” e que são determinados pelo “funcionamento” por meio da “língua”. Esta antonímia pelo memorável, segue em movimentos em que uma palavra determina a outra na construção do mesmo sentido.

Nessa questão apontando a resistência do indígena em seu não reconhecimento cultural, religioso e social, abrindo possibilidades de indagações a essa construção de sentido. Mas a partir de uma construção linguística podendo ser observado no acontecimento enunciativo baseado em dados da história. Notamos como o sentido da palavra preconceito vai se reescrevendo pelos enunciados atribuindo significados diferentes na construção da identidade indígena.

## Considerações Finais

Nas análises realizadas nessa pesquisa tendo como finalidade compreender a representação das palavras compondo o enunciado sobre o indígena, como estabelecem relação entre elas e de que maneira se difere pela significação discursiva tomada pela história. A partir do aparato teórico da Semântica do Acontecimento pudemos adentrar outros níveis de reflexões a respeito da cultura do povo indígena, que vem abrangendo até campos internacionais com efeitos da globalização, os quais direcionam o sujeito para fins do mercado de trabalho, e conseqüentemente, separam-nos para o convívio social, determinado pela constituição dos espaços ideologicamente políticos e de poder.

A partir dos enunciados coletados nas respostas do questionário em que o locutor-indígena ocupa o lugar social a falar, esse lugar é marcado nos recortes representando o lugar político no acontecimento. Nessa direção há um locutor-indígena que se nomeia Locutor posicionado pela individualização e de poder marcado enquanto responsável a se deslocar do lugar de locutor-x para dizer que: “**o indígena tem**”; “**onde cheguei**”. (E.1; Q16); “**são inferiores**”. (E. 2; Q 16); “**Nunca sofri; ao indígena** (E. 1; Q. 17).

Considerando que na designação da palavra ocorre uma relação de sentidos organizados como um “conjunto de enunciados ligados entre si” (DUCROT, 1984, p.384), apontando para outras significações que percebemos a partir dos procedimentos de articulação e reescrituração, os quais foram usados como método das análises.

Desse modo, o processo de reescrituração possibilitou perceber nos enunciados como o ensino brasileiro está significando para o indígena e como sua representação social é constituída diante da diversidade cultural. Esta construção de sentido traz reflexão e compreensão na questão de como os enunciados circulam e constroem uma formação discursiva pela linguagem, dando ressignificação ao sentido.

Tendo como relevância perceber nos enunciados como os sentidos estão funcionando e qual direção aponta. Assim apresentam novas interpretações de significação ao se referir a população indígena, sendo determinada por uma relação política de poder, estabelecida nos espaços sociais conforme representada discursivamente nos enunciados.

Nesta perspectiva temos nos enunciados (5.1) a respeito da educação brasileira marcando a falta de uma educação de qualidade, de uma negação velada à qualidade da educação e que precisa ser melhorada, pois não atende adequadamente aos indígenas. No (5.1.) ao trata a respeito do ensino brasileiro o indígena se posiciona individual no (E.2a) ao enunciar “Muitos ainda se prendem achando que são inferiores”, marcado um silenciamento proposital ou não do seu reconhecimento étnico e posterior faz uma retomada enunciativa no coletivo (E 2c) “Buscamos justiça para cada dia sermos vistos de forma igualitária na sociedade”, se rebelando contra os direitos constitucionais que lhe são negados. Já nos enunciados (7.1) ao analisar o sentido da palavra democracia, são apresentados com uma parcialidade enunciativa em relação à igualdade entre a diversidade social e étnica no Brasil em “de certa forma” e “não existe muita diferenciação”. De modo geral, é interessante observar que os enunciados se organizam por combinação tanto na escrita como na significação apresentadas, ou seja, dando a entender que no momento em que responderam ao questionário eles estavam juntos, assim a significação enunciativa funciona em forma de bloco.

Outro fator criterioso apresentado nas análises, foi à variedade de enunciados negativos que se constroem em diferentes sentidos. Embora os recortes pertençam à enunciação de entrevistados distintos as palavras afirmando a negação estão presentes em abundância. Outro aspecto é a contradição das respostas dos recortes, ramificando o sentido pela enunciação a respeito do reconhecimento étnico. Relacionando semanticamente esta enunciação, percebemos a produção de sentidos relacionados às condições históricas, sendo que “o sentido não está na língua, mas no funcionamento” (GUIMARÃES, 2007, p. 117), ou seja, a significação da palavra em relação.

Apesar de todos os enunciados apresentarem como afirmação o não cumprimento do direito constitucional, acredita-se que a reflexão da sociedade sobre a educação e o ensino poderá trazer uma mudança nas práticas de ensino do país, como forma de contribuir para o não silenciamento diante da política governamental em que cada sujeito se posiciona a falar de diferentes lugares apontando qual a proposta do Estado na oferta do ensino brasileiro.

Esta sociabilidade de sentido construído a partir da palavra democracia vem se apresentado em diferentes discursos linguísticos desde o século XV, sendo fundamental para compreender o agenciamento nos enunciados os quais serviram de base para o desenvolvimento das análises, apresentando semelhanças na construção do sentido nas

palavras “democracia”, “educação”, “ensino” e “indígena”, e por manifestarem como argumentos de determinação para a mudança social e cultural da população indígena.

Portanto, para a Semântica do Acontecimento a língua não é transparente, mas se constitui na relação com o sujeito, na enunciação, refletindo as condições materiais de existência. Essa determinação material que é representada pela organização histórica da sociedade, possibilita as relações analisadas neste trabalho, em que há uma divisão em, pelo menos dois grupos os excluídos e os incluídos. Dessa maneira espera-se que as questões apontadas sirvam para estudos e compreensão estabelecendo conexão do passado com a atualidade no que concerne ao ensino do não-indígena, construindo significações que contribuam para a inserção do indígena na sociedade de maneira geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- AURÉLIO, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Minidicionário da Língua Portuguesa. Editora: Nova Fronteira. Ano: 2000. p. 197.
- ARARIBÁ Projeto. História/organizadora Ed. Moderna; obra coletiva concebida, 3 ed. São Paulo, 2011.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral. São Paulo-SP, 2005 .
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos; 20.)
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5. ed. Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. [Lei Darcy Ribeiro (1996)], **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2010<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. CNE/CBE, Brasília: MEC/SEB, 2012.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte/Congresso Nacional, 1988.
- BRÉAL, M. Ensaio de Semântica: ciência e significações. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2008.
- \_\_\_\_\_. BRÉAL, Michel. Ensaio da Semântica. São Paulo, EDUC. Pontes, 1992.
- DUCROT, Oswald. In O dizer e o dito. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP, Pontes, 1987.
- FAUSTINO, Rosângela Célia. Política educacional dos anos de 1990: multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena. 2006. 239f. Tese (Doutorado - Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- FIORIN, J.L. (Org.). Introdução à linguística I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2010.
- \_\_\_\_\_. Linguística? Que é isso? São Paulo: Contexto, 2013.
- FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. 2 ed. – Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- GRIGOLETTO, M. Leitura e funcionamento do livro didático. In: CORACINI, M. J. (org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas: Pontes, 1999. p. 67.
- GUIMARÃE, Eduardo. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. Artigo: Enunciação e política de línguas no Brasil. Universidade Estadual de Campinas. 2003 p. 47-53.
- \_\_\_\_\_. Bairro: a especificidade de um nome abstrato. (in) MORELLO, Rosângela (org.) *Giros na Cidades: saber urbano e linguagem*. Campinas, SP: LABEUB/NUDECRI - UNICAMP, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Os Limites do sentido: um estudo histórico enunciativo da linguagem*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. Eduardo. *Semântica e Pragmática*. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mónica. *A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas, SP, Editora RG, 2011.
- HOUAISS, Antônio. *Houaiss eletrônico: dicionário de língua portuguesa*. Versão monousuário. Editora objetiva, 2009
- JÚNIOR. Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: São Paulo, 1987.
- JÚNIOR João Feres. ASPECTOS SEMÂNTICOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO BRASIL Para além da teoria da modernidade.169 REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS). Vol. 21 Nº . 61 junho/2006
- MARTELOTTA, Mário Eduardo, (org.). 2. Ed. — São Paulo : Contexto, 2011.
- MATO GROSSO DO SUL. Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Políticas de Educação. Campo Grande: SED, 2012.
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Outros 500: Construindo uma nova história*. São Paulo: Salesiana, 2001.
- MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNL**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.24, n.48, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a06v24n48.pdf/>>. Acessado em 20 de setembro de 2015.
- OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues. **“A marcha para o Oeste” no Brasil: entre a civilização e o sertão**. São Paulo, UNICAMP, 2013. 208 f. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, SP, 2013.

ORLANDI, E.P. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. São Paulo: Campinas, 2013.

RODRIGUES, M. L. **Linguagem, Identidade, História, Gênero, História**. Rio de Janeiro, Litteris, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, D. Autoria autoridade e livro didático. In. CORACINI, M. J. (org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campina: Pontes, 1999. P. 27-31.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

## APÊNDICES

### I - Constituição Federal da Republica



**Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

Constituição Federal de 1988

#### CAPÍTULO III

#### DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

#### Seção I DA EDUCAÇÃO

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

**Art. 210.** Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

**Art. 211.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

**Art. 214.** A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

## **II - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ACADÊMICOS ENTREVISTADOS**

O entrevistado durante a resolução do questionário poderá recusar em concluir a pesquisa. E por questões éticas, seu nome foi omitido para evitar constrangimento.

### **O DISCURSO DO INDÍGENA SOBRE O ENSINO DO “NÃO-INDÍGENA”**

#### *Questionário*

1. Onde você mora? É na zona rural ou urbana?

2. Onde você estuda? É na zona rural ou urbana?

3. Se você mora na zona rural e estuda na zona urbana, como você faz para se deslocar até a universidade?

4. Existe algum incentivo por parte do governo (municipal, estadual ou federal) para você fazer um curso superior/estudar na universidade?
5. Para atender a realidade de quem vive na zona rural, o governo (municipal, estadual ou federal) disponibiliza algum transporte (ônibus, van...)? Se a resposta for: **sim**, Qual?
6. Esse transporte que você utiliza até a universidade é de qualidade? Por quê?
7. Você recebe alguma ajuda de custo do governo: municipal, estadual ou federal para estudar?
8. Qual a importância do curso superior para você?
9. Qual é o curso você está fazendo? Essa área que você está estudando é importante para você? Por quê?
10. O que você acha da educação brasileira direcionada ao indígena?
11. Você considera que o ensino brasileiro é democrático para atender ao indígena?
12. Na sua opinião os indígenas da sua aldeia são atendidos de forma democrática pelo ensino brasileiro?
13. No Estado de Mato Grosso do Sul, você conhece alguma universidade que se dedica ao trabalho com a realidade indígena? (Se a resposta for sim) Qual? Qual é o trabalho que essa universidade realiza?
14. Como você imaginava que seria estudar na universidade? O que você acha agora?
15. Você acha que existe algum preconceito social do não-indígena em relação ao indígena? Por quê?
16. Você acha que existe algum preconceito do indígena em relação a si mesmo? Por quê?
17. Caso exista preconceito social, o seu ingresso na universidade contribui para diminuir esse preconceito? Por quê?
18. Você considera que existe preconceito do não-indígena em relação ao indígena fazer um curso superior?
19. Para você, o que é preconceito?
20. Você já ouviu, na universidade, algum tipo de piada/deboche em relação ao indígena? Se sim, como foi?
21. No seu dia-a-dia você ouve piadas/deboche em relação ao indígena? Essas piadas ofendem a você de alguma forma? Se sim, como?
22. Você já assistiu ao filme Caramuru? Se sim, o que achou do filme? Qual cena você menos gostou? E qual você mais gostou?
23. Você acha importante estar fazendo um curso superior? Em que medida estudar na universidade contribui para a sua vida pessoal?

24. Existe algum fator que dificulta sua permanência na universidade?
25. Você recebe algum incentivo da universidade para permanecer na graduação? Se sim, como?
26. Você recebe ajuda de custo de algum órgão do governo para continuar na universidade? Se sim, como?
27. Dentro da universidade, você já foi recebido ofensas verbais? Se sim, como?
28. O que é ensino para você? Como você considera o ensino brasileiro?

**Em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio:**

29. Você se lembra do que estudou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio?
30. Quando você estudou o Ensino Fundamental e o Ensino Médio você gostava de ir à escola? Por quê?
31. Em relação aos estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o conteúdo do livro didático abordava a sua realidade?
32. Em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, qual você acha que é a função da escola? Por quê?
33. As informações sobre o indígena contidas nos livros didáticos que você estudou, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, demonstravam a realidade do indígena?
34. Você conhece algum **filme**, a respeito do indígena, que tenha sido sugerido no livro didático utilizado durante o Ensino Fundamental e ou Ensino Médio? Qual? Por quê foi sugerido?
35. Você conhece algum **texto**, a respeito do indígena, que tenha sido sugerido no livro didático utilizado durante o Ensino Fundamental e ou Ensino Médio? Qual? Por quê foi sugerido?
36. Você considera que os conteúdos estudados no Ensino Fundamental e Ensino Médio facilitaram sua aprendizagem na escola? Em que medida?
37. O livro didático que você utilizou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio serviu como modelo para entender a sua realidade enquanto indígena?
38. Você acha que o ensino brasileiro é democrático para atender a diversidade étnica? Em que medida? Explique.

**OS RECORTES DAS ANÁLISES**  
**“O DISCURSO DO INDÍGENA SOBRE O ENSINO DO “NÃO-INDÍGENA”**  
**Entrevistado 1**

Obs. Onde esta o **X** o entrevistado não respondeu/ deixou em branco.

1. Onde você mora? É na zona rural ou urbana? R: Pernambucana de Punha - PE Zona Urbana
2. Onde você estuda? É na zona rural ou urbana? Campo Grande – MS Zona Urbana
3. Se você mora na zona rural e estuda na zona urbana, como você faz para se deslocar até a universidade? R: X
4. Existe algum incentivo por parte do governo (municipal, estadual ou federal) para você fazer um curso superior/estudar na universidade? R: Não.
5. Para atender a realidade de quem vive na zona rural, o governo (municipal, estadual ou federal) disponibiliza algum transporte (ônibus, van...)? Se a resposta for: sim, Qual? R: Sim. Ônibus municipal
6. Esse transporte que você utiliza até a universidade é de qualidade? Por quê? R: Utilizo o ônibus, de certa forma sim.
7. Você recebe alguma ajuda de custo do governo: municipal, estadual ou federal para estudar? R: Não.
8. Qual a importância do curso superior para você? R: De suma e fundamental importância para mim, minha família e minha comunidade.
9. Qual é o curso você está fazendo? Essa área que você está estudando é importante para você? Por quê? R: Medicina, Muito. Abriará porta e possibilidades para mim, além de ser a realização de um sonho.
10. O que você acha da educação brasileira direcionada ao indígena? R: Poderia ser otimizada, e ter um enfoque maior, digo em relação aos olhos do governo.
11. Você considera que o ensino brasileiro é democrático para atender ao indígena? R: Em partes, dependendo do
12. Na sua opinião os indígenas da sua aldeia são atendidos de forma democrática pelo ensino brasileiro? R: “De certa forma... não existe muita diferenciação em relação ao do restante das pessoas”
13. No Estado de Mato Grosso do Sul, você conhece alguma universidade que se dedica ao trabalho com a realidade indígena? (Se a resposta for sim) Qual? Qual é o trabalho que essa universidade realiza? R: Não conheço muito a respeito da realidade de MS, não posso afirmar.
14. Como você imaginava que seria estudar na universidade? O que você acha agora? R: A realização de um sonho, não esperava muito, até porque não sabia o que PB2, é a realidade é exatamente, mas gratificante, é melhor do que eu esperava.
15. Você acha que existe algum preconceito social do não-indígena em relação ao indígena? Por quê? R: “muito da pessoa, e do meio social que é inserido em alguns lugares existe o respeito, já em outros não”.
16. Você acha que existe algum preconceito do indígena em relação a si mesmo? Por quê? R: Posso afirmar quanto a mim que é um orgulho, esta e ser a cultura, prova viva da história... saber de onde vim pelo que meus antepassados sofreram e hoje em chegarmos onde cheguei.
17. Caso exista preconceito social, o seu ingresso na universidade contribui para diminuir esse preconceito? Por quê? R: “Nunca sofri, mas conheço pessoas que sofreram com esse preconceito, mas acredito que sim, que através da convivência as pessoas “mudem essas ideias ultrapassadas quanto ao indígena”.
18. Você considera que existe preconceito do não-indígena em relação ao indígena fazer um curso superior? R: “Acredito que exista, mas não é algo tão presente.
19. Para você, o que é preconceito? R: “Um conceito pré-formado, primitivo ou ultrapassado a respeito de algo”.
20. Você já ouviu, na universidade, algum tipo de piada/deboche em relação ao indígena? Se sim, como foi? R: Não
21. No seu dia-a-dia você ouviu piadas/deboche em relação ao indígena? Essas piadas ofendem a você de alguma forma? Se sim, como? R: Não

22. Você já assistiu ao filme Caramuru? Se sim, o que achou do filme? Qual cena você menos gostou? E qual você mais gostou? R: Não
23. Você acha importante estar fazendo um curso superior? Em que medida estudar na universidade contribui para a sua vida pessoal? R: Minha independência financeira, posso ajudar minha família e comunidade.
24. Existe algum fator que dificulta sua permanência na universidade? R: Não
25. Você recebe algum incentivo da universidade para permanecer na graduação? Se sim, como? R: Na UEMS encontro muito apoio para quem é indígena, tem o cuidado e enfoque nesse povo.
26. Você recebe ajuda de custo de algum órgão do governo para continuar na universidade? Se sim, como? R: Não.
27. Dentro da universidade, você já foi recebeu ofensas verbais? Se sim, como? R: Não.
28. O que é ensino para você? Como você considera o ensino brasileiro? R: Ensino, é algo que fica enraizado no cidadão, se dá de diferentes formas, desde verbal a não verbal. A sociedade brasileira, assim como o ensino precisa se reinventar.
29. Você se lembra do que estudou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio? R: Em partes.
30. Quando você estudou o Ensino Fundamental e o Ensino Médio você gostava de ir à escola? Por quê? R: Sim, era o lugar de aprendizado, diversão de rever os amigos.
31. Em relação aos estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o conteúdo do livro didático abordava a sua realidade? R: Não muito, as pessoas ainda tem essa ideia errada sobre a realidade indígena, pude me identificar de perto como o que estudei no cursinho.
32. Em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, qual você acha que é a função da escola? Por quê? R: Promove da maneira certa a educação e trazer ... cultura para a realidade para o social, porque daí que se vem os preconceitos, porque é descrito da maneira errada
33. As informações sobre o indígena contidas nos livros didáticos que você estudou, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, demonstravam a realidade do indígena? R: Não.
34. Você conhece algum **filme**, a respeito do indígena, que tenha sido sugerido no livro didático utilizado durante o Ensino Fundamental e ou Ensino Médio? Qual? Por quê foi sugerido? R: Não.
35. Você conhece algum **texto**, a respeito do indígena, que tenha sido sugerido no livro didático utilizado durante o Ensino Fundamental e ou Ensino Médio? Qual? Por quê foi sugerido? R: Não.
36. Você considera que os conteúdos estudados no Ensino Fundamental e Ensino Médio facilitaram sua aprendizagem na escola? Em que medida? R: Contribuiu muito, embora não tenha sido suficiente.
37. O livro didático que você utilizou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio serviu como modelo para entender a sua realidade enquanto indígena? R: Não.
38. Você acha que o ensino brasileiro é democrático para atender a diversidade étnica? Em que medida? Explique. R: Não. Poderia e deveria da enfoque e ... os vários tipos de cultura, negros, indígena, nós somos um só povo brasileiro, e em pleno século XXI a sociedade ainda não vê isso.

## “O DISCURSO DO INDÍGENA SOBRE O ENSINO DO “NÃO-INDÍGENA”

### Entrevistado - 2

Obs. Onde esta o X o entrevistado não respondeu/ deixou em branco.

1. Onde você mora? É na zona rural ou urbana? R: Urbana

2. Onde você estuda? É na zona rural ou urbana?R: Urbana
3. Se você mora na zona rural e estuda na zona urbana, como você faz para se deslocar até a universidade?R: X
4. Existe algum incentivo por parte do governo (municipal, estadual ou federal) para você fazer um curso superior/estudar na universidade?R: Não.
5. Para atender a realidade de quem vive na zona rural, o governo (municipal, estadual ou federal) disponibiliza algum transporte (ônibus, van...)? Se a resposta for: **sim**, Qual?R: Não.
6. Esse transporte que você utiliza até a universidade é de qualidade? Por quê?R: X
7. Você recebe alguma ajuda de custo do governo: municipal, estadual ou federal para estudar? R: Não.
8. Qual a importância do curso superior para você?
- R: Ter uma profissão de qualidade e ingressar no mercado de trabalho.
9. Qual é o curso você está fazendo? Essa área que você está estudando é importante para você? Por quê?R: Medicina. Muito importante. Porquê as pessoas precisam de cuidado, de ajuda, de humanização; E a medicina demonstra tudo isso.
10. O que você acha da educação brasileira direcionada ao indígena?R: Boa, e acho que ainda precisa melhorar mais.
11. Você considera que o ensino brasileiro é democrático para atender ao indígena?
- R: Em partes sim, quando há vagas direcionadas p/ esse público. Porém, muitas instituições precisam ainda aderir.
12. Na sua opinião os indígenas da sua aldeia são atendidos de forma democrática pelo ensino brasileiro?R: Sim.
13. No Estado de Mato Grosso do Sul, você conhece alguma universidade que se dedica ao trabalho com a realidade indígena? (Se a resposta for sim) Qual? Qual é o trabalho que essa universidade realiza?R: Sim. Módulo Eletivo em Saúde Indígena do Curso de Medicina.
14. Como você imaginava que seria estudar na universidade? O que você acha agora?R: Sonho, alegria; Hoje vejo que estou no caminho certo mesmo com muito cansaço, desgaste.
15. Você acha que existe algum preconceito social do não-indígena em relação ao indígena? Por quê? R: Não.
16. Você acha que existe algum preconceito do indígena em relação a si mesmo? Por quê? R: “Muitos ainda se prendem achando que são inferiores a população. Esse tabu já não devia mais existir, somos iguais e buscamos justiça p/ a cada dia sermos vistos de forma igualitária na sociedade”.
17. Caso exista preconceito social, o seu ingresso na universidade contribui para diminuir esse preconceito? Por quê?
- R: “Sim, pois estamos criando vínculo com todos, socializando, trocando ideia, e mostrando que temos uma cultura, mas somos todos iguais”.
18. Você considera que existe preconceito do não-indígena em relação ao indígena fazer um curso superior?
- R: “Sim, falam que os indígenas só entram em um curso superior devido as vagas da lei de cotas, caso contrário, não teria capacidade”.
19. Para você, o que é preconceito?R: “julgar antes de conhecer”
20. Você já ouviu, na universidade, algum tipo de piada/deboche em relação ao indígena? Se sim, como foi? R: Não.
21. No seu dia-a-dia você ouve piadas/deboche em relação ao indígena? Essas piadas ofendem a você de alguma forma? Se sim, como?

R: “Muitas, quando relatam em relação ao ingresso da faculdade. Me afeta em relação a me sentir menos capacitada do que os outros”.

22. Você já assistiu ao filme Caramuru? Se sim, o que achou do filme? Qual cena você menos gostou? E qual você mais gostou? R: Não.

23. Você acha importante estar fazendo um curso superior? Em que medida estudar na universidade contribui para a sua vida pessoal? R: Sim. Contribui para buscar ser uma pessoa melhor, ter mais conhecimento, comunicação.

24. Existe algum fator que dificulta sua permanência na universidade? R: Não.

25. Você recebe algum incentivo da universidade para permanecer na graduação? Se sim, como? R: Não. Apenas apoio de toda coordenação.

26. Você recebe ajuda de custo de algum órgão do governo para continuar na universidade? Se sim, como? R: Não.

27. Dentro da universidade, você já foi recebido ofensas verbais? Se sim, como? R: Não.

28. O que é ensino para você? Como você considera o ensino brasileiro? R: Repassar um conhecimento p/ outras pessoas. De boa qualidade.

#### **Em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio:**

29. Você se lembra do que estudou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio? R: Sim, mas não tudo.

30. Quando você estudou o Ensino Fundamental e o Ensino Médio você gostava de ir à escola? Por quê? R: Sim, sempre gostei do âmbito educacional, de estar sempre aprendendo dia após dia.

31. Em relação aos estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o conteúdo do livro didático abordava a sua realidade? R: Não.

32. Em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, qual você acha que é a função da escola? Por quê? R: Formar e educar um grupo de pessoas, tanto no ensino médio como no fundamental.

33. As informações sobre o indígena contidas nos livros didáticos que você estudou, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, demonstravam a realidade do indígena? R: Pouco, relata mais o período da colonização.

34. Você conhece algum **filme**, a respeito do indígena, que tenha sido sugerido no livro didático utilizado durante o Ensino Fundamental e ou Ensino Médio? Qual? Por quê foi sugerido? R: Não.

35. Você conhece algum **texto**, a respeito do indígena, que tenha sido sugerido no livro didático utilizado durante o Ensino Fundamental e ou Ensino Médio? Qual? Por quê foi sugerido? R: Não.

36. Você considera que os conteúdos estudados no Ensino Fundamental e Ensino Médio facilitaram sua aprendizagem na escola? Em que medida? R: Sim, na medida de que está presente nas provas de ingressos das universidades.

37. O livro didático que você utilizou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio serviu como modelo para entender a sua realidade enquanto indígena? R: Pouco.

38. Você acha que o ensino brasileiro é democrático para atender a diversidade étnica? Em que medida? Explique. R: Ainda é falho. Precisa aperfeiçoar para igualitar a diversidade étnica e os direitos presentes no nosso país.

#### **“O DISCURSO DO INDÍGENA SOBRE O ENSINO DO “NÃO-INDÍGENA”**

##### **Entrevistado - 3**

Obs. Onde esta o **X** o entrevistado não respondeu/ deixou em branco.

1. Onde você mora? É na zona rural ou urbana? R Zona Urbana
2. Onde você estuda? É na zona rural ou urbana? R Zona Urbana
3. Se você mora na zona rural e estuda na zona urbana, como você faz para se deslocar até a universidade? R X
4. Existe algum incentivo por parte do governo (municipal, estadual ou federal) para você fazer um curso superior/estudar na universidade? R Não, infelizmente
5. Para atender a realidade de quem vive na zona rural, o governo (municipal, estadual ou federal) disponibiliza algum transporte (ônibus, van...)? Se a resposta for: **sim**, Qual? R X
6. Esse transporte que você utiliza até a universidade é de qualidade? Por quê? R X
7. Você recebe alguma ajuda de custo do governo: municipal, estadual ou federal para estudar? R: Não
8. Qual a importância do curso superior para você? R: É importante para ter um padrão de vida melhor.
9. Qual é o curso você está fazendo? Essa área que você está estudando é importante para você? Por quê?  
R Geografia Licenciatura. É importante pra mim por que quero futuramente ajudar os meus patrícios, dando aula.
10. O que você acha da educação brasileira direcionada ao indígena? R: Boa
11. Você considera que o ensino brasileiro é democrático para atender ao indígena? R: Não.
12. Na sua opinião os indígenas da sua aldeia são atendidos de forma democrática pelo ensino brasileiro? R: Sim
13. No Estado de Mato Grosso do Sul, você conhece alguma universidade que se dedica ao trabalho com a realidade indígena? (Se a resposta for sim) Qual? Qual é o trabalho que essa universidade realiza? R: Não.
14. Como você imaginava que seria estudar na universidade? O que você acha agora? R: Muito assustador, agora já ao familiarizada normal.
15. Você acha que existe algum preconceito social do não-indígena em relação ao indígena? Por quê? R: Não.
16. Você acha que existe algum preconceito do indígena em relação a si mesmo? Por quê? R: Não.
17. Caso exista preconceito social, o seu ingresso na universidade contribui para diminuir esse preconceito? Por quê? R: X
18. Você considera que existe preconceito do não-indígena em relação ao indígena fazer um curso superior? R: Não.
19. Para você, o que é preconceito? R Ainda não
20. Você já ouviu, na universidade, algum tipo de piada/deboche em relação ao indígena? Se sim, como foi? R: Ainda, não.
21. No seu dia-a-dia você ouviu piadas/deboche em relação ao indígena? Essas piadas ofendem a você de alguma forma? Se sim, como? R: X
22. Você já assistiu ao filme Caramuru? Se sim, o que achou do filme? Qual cena você menos gostou? E qual você mais gostou? R: Não.
23. Você acha importante estar fazendo um curso superior? Em que medida estudar na universidade contribui para a sua vida pessoal? R: Com certeza, contribui ampliando os conhecimentos.
24. Existe algum fator que dificulta sua permanência na universidade? R: Não.
25. Você recebe algum incentivo da universidade para permanecer na graduação? Se sim, como? R: Não.
26. Você recebe ajuda de custo de algum órgão do governo para continuar na universidade? Se sim, como? R: Não.
27. Dentro da universidade, você já foi recebido ofensas verbais? Se sim, como? R: Não.
28. O que é ensino para você? Como você considera o ensino brasileiro? R: Ensino é conhecer, considero boa.

### **Em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio:**

29. Você se lembra do que estudou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio? R: Não. Já tanto tempo.
30. Quando você estudou o Ensino Fundamental e o Ensino Médio você gostava de ir à escola? Por quê? R: Sim, porque é bom conhecer amigos.
31. Em relação aos estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o conteúdo do livro didático abordava a sua realidade? R: X
32. Em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, qual você acha que é a função da escola? Por quê? R: Formar o pensamento para uma nova etapa.
33. As informações sobre o indígena contidas nos livros didáticos que você estudou, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, demonstravam a realidade do indígena? R: Não.
34. Você conhece algum **filme**, a respeito do indígena, que tenha sido sugerido no livro didático utilizado durante o Ensino Fundamental e ou Ensino Médio? Qual? Por quê foi sugerido? R: Não.
35. Você conhece algum **texto**, a respeito do indígena, que tenha sido sugerido no livro didático utilizado durante o Ensino Fundamental e ou Ensino Médio? Qual? Por quê foi sugerido? R: Não.
36. Você considera que os conteúdos estudados no Ensino Fundamental e Ensino Médio facilitaram sua aprendizagem na escola? Em que medida? R: Não.
37. O livro didático que você utilizou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio serviu como modelo para entender a sua realidade enquanto indígena? R: Sim
38. Você acha que o ensino brasileiro é democrático para atender a diversidade étnica? Em que medida? Explique. R: X

### **“O DISCURSO DO INDÍGENA SOBRE O ENSINO DO “NÃO-INDÍGENA”**

#### **Entrevistado - 4**

Obs. Onde esta o **X** o entrevistado não respondeu/ deixou em branco.

1. Onde você mora? É na zona rural ou urbana? R: Zona Urbana
2. Onde você estuda? É na zona rural ou urbana? R: Zona Urbana
3. Se você mora na zona rural e estuda na zona urbana, como você faz para se deslocar até a universidade? R: Faço uso de transporte público para ir até a faculdade.
4. Existe algum incentivo por parte do governo (municipal, estadual ou federal) para você fazer um curso superior/estudar na universidade? R: Até existe, mas não consegui o incentivo
5. Para atender a realidade de quem vive na zona rural, o governo (municipal, estadual ou federal) disponibiliza algum transporte (ônibus, van...)? Se a resposta for: sim, Qual? R: X
6. Esse transporte que você utiliza até a universidade é de qualidade? Por quê? R: X
7. Você recebe alguma ajuda de custo do governo: municipal, estadual ou federal para estudar? R: Não.
8. Qual a importância do curso superior para você? R: É importante para o mercado de trabalho
9. Qual é o curso você está fazendo? Essa área que você está estudando é importante para você? Por quê? R: Estou cursando Geografia licenciatura, sim é importante pq pretendo trabalhar na área dps do termino do curso.
10. O que você acha da educação brasileira direcionada ao indígena? R: Pelo o que eu vivenciei achei um pouco precário.

11. Você considera que o ensino brasileiro é democrático para atender ao indígena? R: Sim
12. Na sua opinião os indígenas da sua aldeia são atendidos de forma democrática pelo ensino brasileiro? R: Mais ou menos
13. No Estado de Mato Grosso do Sul, você conhece alguma universidade que se dedica ao trabalho com a realidade indígena? (Se a resposta for sim) Qual? Qual é o trabalho que essa universidade realiza? R: Não conheço fora a Uems.
14. Como você imaginava que seria estudar na universidade? O que você acha agora? R: Bom no começo achei que seria Super difícil, agora não tenho mais tanta dificuldade.
15. Você acha que existe algum preconceito social do não-indígena em relação ao indígena? Por quê? R: Bom preconceito sempre existe.
16. Você acha que existe algum preconceito do indígena em relação a si mesmo? Por quê? R: “Não é tão frequente, mas já presenciei entre pessoas de etnias diferentes.
17. Caso exista preconceito social, o seu ingresso na universidade contribui para diminuir esse preconceito? Por quê? R: Não senti nenhuma diferença.
18. Você considera que existe preconceito do não-indígena em relação ao indígena fazer um curso superior? R: Acho que não
19. Para você, o que é preconceito? R: Pra mim e discriminação e falta de respeito
20. Você já ouviu, na universidade, algum tipo de piada/deboche em relação ao indígena? Se sim, como foi? R: Comigo ainda não ocorreu e tbem não presenciei nenhum caso
21. No seu dia-a-dia você ouve piadas/deboche em relação ao indígena? Essas piadas ofendem a você de alguma forma? Se sim, como? R: Não ocorre
22. Você já assistiu ao filme Caramuru? Se sim, o que achou do filme? Qual cena você menos gostou? E qual você mais gostou? R: Não assisti ao filme.
23. Você acha importante estar fazendo um curso superior? Em que medida estudar na universidade contribui para a sua vida pessoal? R: Sim, acho importante, contribui para minha formação pessoal.
24. Existe algum fator que dificulta sua permanência na universidade? R: Sim a distância
25. Você recebe algum incentivo da universidade para permanecer na graduação? Se sim, como? R: Não.
26. Você recebe ajuda de custo de algum órgão do governo para continuar na universidade? Se sim, como? R: Não.
27. Dentro da universidade, você já foi recebeu ofensas verbais? Se sim, como? R: Nunca ocorreu.
28. O que é ensino para você? Como você considera o ensino brasileiro? R: Para mim e a expansão do conhecimento, acho bem abaixo da média.

**Em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio:**

29. Você se lembra do que estudou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio? R: Lembro de alguma coisa
30. Quando você estudou o Ensino Fundamental e o Ensino Médio você gostava de ir à escola? Por quê? R: Sim, eu gostava pq era bem perto de casa.
31. Em relação aos estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o conteúdo do livro didático abordava a sua realidade? R: Não.
32. Em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, qual você acha que é a função da escola? Por quê? R: Prepara o aluno, dar conhecimento.

33. As informações sobre o indígena contidas nos livros didáticos que você estudou, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, demonstravam a realidade do indígena? R Não
34. Você conhece algum **filme**, a respeito do indígena, que tenha sido sugerido no livro didático utilizado durante o Ensino Fundamental e ou Ensino Médio? Qual? Por quê foi sugerido? R: Não conheço nenhum
35. Você conhece algum **texto**, a respeito do indígena, que tenha sido sugerido no livro didático utilizado durante o Ensino Fundamental e ou Ensino Médio? Qual? Por quê foi sugerido? R: Não conheço
36. Você considera que os conteúdos estudados no Ensino Fundamental e Ensino Médio facilitaram sua aprendizagem na escola? Em que medida? R: Somente alguns poucos conteúdo
37. O livro didático que você utilizou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio serviu como modelo para entender a sua realidade enquanto indígena? R: Não.
38. Você acha que o ensino brasileiro é democrático para atender a diversidade étnica? Em que medida? Explique. R: Eu acho que não, pq sempre contem varias informações vagas.

**“O DISCURSO DO INDÍGENA SOBRE O ENSINO DO “NÃO-INDÍGENA”**  
**Entrevistado – 5**

Obs. Onde esta o **X** o entrevistado não respondeu/ deixou em branco.

1. Onde você mora? É na zona rural ou urbana? R: Em Campo Grande zona urbana
2. Onde você estuda? É na zona rural ou urbana? R: Estudo na UEMS, zona Urbana
3. Se você mora na zona rural e estuda na zona urbana, como você faz para se deslocar até a universidade? R: Não moro na zona Rural
4. Existe algum incentivo por parte do governo (municipal, estadual ou federal) para você fazer um curso superior/estudar na universidade? R: Sim, Programa Vale Universidade Indígena
5. Para atender a realidade de quem vive na zona rural, o governo (municipal, estadual ou federal) disponibiliza algum transporte (ônibus, van...)? Se a resposta for: **sim**, Qual? R: Sim ônibus
6. Esse transporte que você utiliza até a universidade é de qualidade? Por quê? R: Não sei, não utilizo
7. Você recebe alguma ajuda de custo do governo: municipal, estadual ou federal para estudar? R: Não.
8. Qual a importância do curso superior para você? R: Muito importante, porque no fim do curso estarei formado para da aula em escola
9. Qual é o curso você está fazendo? Essa área que você está estudando é importante para você? Por quê? R: Geografia Licenciatura Plena, considero um ramo de conhecimento muito importante, pois as dinâmicas espaciais me fascinam
10. O que você acha da educação brasileira direcionada ao indígena? R: Regular.
11. Você considera que o ensino brasileiro é democrático para atender ao indígena? R: Sim
12. Na sua opinião os indígenas da sua aldeia são atendidos de forma democrática pelo ensino brasileiro? R: Sim
13. No Estado de Mato Grosso do Sul, você conhece alguma universidade que se dedica ao trabalho com a realidade indígena? (Se a resposta for sim) Qual? Qual é o trabalho que essa universidade realiza? R: Não conheço
14. Como você imaginava que seria estudar na universidade? O que você acha agora? R: X

15. Você acha que existe algum preconceito social do não-indígena em relação ao indígena? Por quê? R: “Sim, porque o indígena tem uma cultura diferenciada do não índio, como as pessoas tem receio, problema de não compreender o que é diferente, logo o indígena sofre preconceito por ser diferente”.

16. Você acha que existe algum preconceito do indígena em relação a si mesmo? Por quê? R: Não.

17. Caso exista preconceito social, o seu ingresso na universidade contribui para diminuir esse preconceito? Por quê? R: X

18. Você considera que existe preconceito do não-indígena em relação ao indígena fazer um curso superior? R: X

19. Para você, o que é preconceito? R: “É um conceito pré - estabelecido em relação a um determinado assunto desconhecido”.

20. Você já ouviu, na universidade, algum tipo de piada/deboche em relação ao indígena? Se sim, como foi? R: Não.

21. No seu dia-a-dia você ouve piadas/deboche em relação ao indígena? Essas piadas ofendem a você de alguma forma? Se sim, como? R: Não.

22. Você já assistiu ao filme Caramuru? Se sim, o que achou do filme? Qual cena você menos gostou? E qual você mais gostou? R: Não.

23. Você acha importante estar fazendo um curso superior? Em que medida estudar na universidade contribui para a sua vida pessoal? R: Sim, contribui para minha vida profissional.

24. Existe algum fator que dificulta sua permanência na universidade? R: Não.

25. Você recebe algum incentivo da universidade para permanecer na graduação? Se sim, como? R: Não.

26. Você recebe ajuda de custo de algum órgão do governo para continuar na universidade? Se sim, como? R: Sim, Vale Universidade Indígena

27. Dentro da universidade, você já foi recebeu ofensas verbais? Se sim, como? R: Não

28. O que é ensino para você? Como você considera o ensino brasileiro?

R: Compartilhar conhecimentos, regular.

#### **Em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio:**

29. Você se lembra do que estudou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio? R: Sim.

30. Quando você estudou o Ensino Fundamental e o Ensino Médio você gostava de ir à escola? Por quê? R: Sim, porque o conhecimento te liberta da ignorância

31. Em relação aos estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o conteúdo do livro didático abordava a sua realidade? R: Não.

32. Em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, qual você acha que é a função da escola? Por quê? R: Capacita o aluno para a vida

33. As informações sobre o indígena contidas nos livros didáticos que você estudou, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, demonstravam a realidade do indígena? R: Não.

34. Você conhece algum **filme**, a respeito do indígena, que tenha sido sugerido no livro didático utilizado durante o Ensino Fundamental e ou Ensino Médio? Qual? Por quê foi sugerido? R: Sim, Tainá, porque mostra a realidade da vida na floresta Amazônica

35. Você conhece algum **texto**, a respeito do indígena, que tenha sido sugerido no livro didático utilizado durante o Ensino Fundamental e ou Ensino Médio? Qual? Por quê foi sugerido? R: Não.

36. Você considera que os conteúdos estudados no Ensino Fundamental e Ensino Médio facilitaram sua aprendizagem na escola? Em que medida? R: Sim, entretanto é passado de forma errada, a metodologia deve ser revisada

37. O livro didático que você utilizou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio serviu como modelo para entender a sua realidade enquanto indígena? R: Não.

38. Você acha que o ensino brasileiro é democrático para atender a diversidade étnica? Em que medida? Explique. R: Na teoria sim, na prática não, pois o ensino é maravilhoso na teoria, na prática não funciona muito.